

FUNDAÇÃO COI

Relatório, Balanco & Contas 2017



Instituição Particular de Solidariedade Social
Pinhal Novo, 1980



FCOI/LD/M04/12 – Relatório, Balanço e Contas 2017 R06 14/03/18

Órgãos Sociais

Conselho Consultivo	Elisabete Raposo Vidal <i>Personalidade designada pelo Conselho de Curadores</i>
	Anabela Simplício Brinca Coimbra <i>Personalidade designada pelo Conselho de Curadores</i>
	Maria Otília dos Santos Alegria Barbosa <i>Personalidade designada pelo Conselho de Curadores</i>
	Fernanda Maria Pereira Rôlo <i>Personalidade designada pelo Presidente da Câmara Municipal de Palmela</i>
	Isabel Mercês da Silva Costa <i>Personalidade designada pelo Presidente da Junta de Freguesia do Pinhal Novo</i>
	Yanina Renee del R. Saldana Calle <i>Membro eleito entre os trabalhadores da Fundação</i>
Conselho de Curadores	Nuno Duarte Cabrita Pacheco <i>Presidente</i>
	Nuno Filipe Oliveira Godinho <i>Secretário</i>
	Joaquim Augusto Osório Tomás
	Maria de Lourdes Pereira Sanches Ramos
	José Carlos Matias de Sousa
	Maria Celeste Paulo José de Oliveira
	Cesaltina Maria Cerqueira Alegria
Conselho Fiscal	Manuel Joaquim Pereira Marques
	Armando Augusto Dias <i>Presidente</i>
	Sérgio Manuel Guerreiro Martins Caeiro <i>Vogal</i>
Conselho de Administração	Pedro Manuel Afonso Pereira <i>Vogal</i>
	Carlos Marques Taleço <i>Presidente</i>
	Mara S. Machado Ribeiro Rebelo <i>Vogal</i>
Administração Executiva	José Roderico Piegas <i>Vogal</i>
	Maria José Silva do Carmo

Índice

ÓRGÃOS SOCIAIS.....	3
A FUNDAÇÃO COI.....	9
Missão, Visão e Valores	11
Política da Qualidade	11
Política e Desempenho Ambiental	12
Estratégia Organizacional.....	13
Organograma da Fundação	15
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	19
RELAÇÕES COM A COMUNIDADE E PARCERIAS	23
ENVOLVIMENTO INTERNACIONAL	25
REPRESENTAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	27
AGRADECIMENTOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	29
PARTE I - ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO.....	31
Área de Infância e Juventude	33
1. Do Plano de Atividades Pedagógicas ao seu Cumprimento	35
3. Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)	36
4. Ensino Básico (1.º Ciclo)	37
Área de Acolhimento	39
1. Centro de Acolhimento Temporário I (CAT I)	40
2. Centro de Acolhimento Temporário II (CAT II)	42
3. Lar de Crianças e Jovens (LCJ).....	42
4. Casa Abrigo Dolores (CAD)	43
Área para Portadores de Deficiência (Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência).....	45
1. Lar Residencial (LR).....	47
2. Residência Autônoma (RA)	47
3. Centro de Atividades Ocupacionais (CAO).....	47
Área de Idosos	49
1. Residência de Idosos (RI).....	51
2. Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	51
Gabinete de Apoio à Comunidade – Inserção Social.....	53
1. Equipa de Apoio a Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).....	54
2. Gabinete de Aconselhamento Psicológico	54
3. Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC)	55
4. Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP).....	55
5. Loja Social.....	56
6. Cantina Social.....	56
7. Acolhimento de Refugiados.....	57
8. Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 3ª Geração (CLDS-3G Palmela)	58
Sustentabilidade Económico – Financeira	59
1. Farmatural	61
2. Clínico e Centro de Fisioterapia	61
3. Banco de Ajudas Técnicas	62
4. Quinta Pedagógica.....	62
PARTE II - BALANÇO SOCIAL	63
Funcionamento.....	65
1.1. Resultados de Desempenho – Benchmarking Interno	67
1.2. Avaliação de Fornecedores (Produtos, Serviços e Subcontratados).....	69
1.3. Avaliação de Parcerias (Protocolos Estabelecidos).....	70
1.4. Avaliação de Satisfação (Clientes, Parceiros).....	72
1.5. Movimento de Viaturas.....	73
1.9. Refeições Servidas.....	73
1.10. Saúde e Segurança no Trabalho	74
Recursos Humanos.....	75
1.1. Pessoal ao Serviço por Tipo de Contrato, Escalão Etário e Género	77
1.2. Movimentação de Pessoal por Categoria Profissional.....	78
1.3. Áreas Profissionais desenvolvidas através de Contrato de Prestação de Serviços.....	78
1.4. Programas de Estágio Profissional/Emprego	79
1.5. Projetos Contrato Emprego-Inserção (CEI) e Contrato Emprego-Inserção + (CEI+)	79
1.6. Voluntariado.....	79
1.7. Dias de Ausência ao Trabalho por Tipo de Falta	80
1.8. Ações de Formação.....	81
Clientes	83
1.1. Gasto Médio Mensal do Cliente por Resposta Social	85
1.2. Movimento de Clientes na Área da Infância e Juventude	86
1.3. Movimento de Clientes na Área de Acolhimento	87

1.4. Movimento de Clientes na Área para Portadores de Deficiência (Centro Integrado de Apoio à Deficiência)	87
1.5. Movimento de Clientes na Área de Idosos	88
PARTE III - CONTAS DE GERÊNCIA	89
Análise Gráfica	91
Balanco	93
Demonstração de Resultados por Naturezas	93
Proposta de Aplicação do Resultado	93
Cash-Flow	94
Balanco	95
Demonstração de Resultados por Natureza	96
Mapa de Fundos Patrimoniais (N e N+1)	97
Demonstração dos Fluxos de Caixa	98
Anexo às Contas de Gerência	101
Certificação Legal das Contas	129
PARECER DO CONSELHO FISCAL	135

Índice de Gráficos

Gráfico 01 – Evolução Anual dos Quilómetros Percorridos pelas Viaturas	74
Gráfico 02 – Evolução Anual das Refeições Servidas	74
Gráfico 03 – Evolução Anual dos Exames Realizados – Medicina do Trabalho	75
Gráfico 04 – Evolução Anual dos Exames Realizados por Tipo	75
Gráfico 05 – Vacinação de clientes por resposta social e colaboradores	75
Gráfico 06 – Evolução Anual dos Colaboradores por Tipo de Contrato	79
Gráfico 07 – Evolução Anual dos Colaboradores por Género	79
Gráfico 08 – Evolução Anual das Movimentações de Pessoal	80
Gráfico 09 – Áreas profissionais Contratos de Prestação de Serviços	80
Gráfico 10 – Evolução Anual dos Programas de Estágio Profissional/Emprego	81
Gráfico 11 – Evolução Anual dos Programas de Contrato Emprego-Inserção	81
Gráfico 12 – Evolução Anual dos Voluntários	81
Gráfico 13 – Evolução dos Dias de Ausência ao Trabalho	82
Gráfico 14 – Evolução da Taxa de Absentismo	82
Gráfico 15 – Evolução Anual das Horas de Formação por Tipo	83
Gráfico 16 – Evolução Anual das Horas de Formação por Grupo de Pessoal	83
Gráfico 17 – Evolução Anual do Gasto Médio Cliente/Mês por Resposta Social	87
Gráfico 18 – Evolução Anual da Movimentação de Clientes na Área de Infância e Juventude	88
Gráfico 19 – Evolução Anual da Distribuição de Clientes na Área de Infância e Juventude	88
Gráfico 20 – Evolução Anual da Distribuição de Clientes por Escalão na Área de Infância e Juventude	88
Gráfico 21 – Evolução Anual da Movimentação de Clientes na Área do Acolhimento	89
Gráfico 22 – Evolução Anual da Movimentação de Clientes na Área dos Portadores de Deficiência	89
Gráfico 23 – Evolução Anual da Movimentação de Clientes na Área dos Idosos	90
Gráfico 24 – Evolução Anual do Tipo de Serviços Prestados aos Clientes do SAD	90
Gráfico 25 – Evolução Anual do Ativo, Passivo e Fundos Patrimoniais – Balanço	95
Gráfico 26 – Evolução Anual dos Resultados por Natureza – Demonstração de Resultados	95
Gráfico 27 – Evolução Anual do Cash-Flow	96

A FUNDAÇÃO COI

Missão, Visão e Valores

Política da Qualidade

Política e Desempenho Ambiental

Estratégia Organizacional

Organograma da Fundação



Missão, Visão e Valores

Missão	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Contribuir para a promoção do Concelho de Palmela, particularmente da Freguesia de Pinhal Novo e sua população, através da concessão de bens e da prestação de serviços de apoio a crianças e a jovens, apoio à família, apoio à integração social e comunitária. ✓ Proteger os cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, em parceria com outras entidades da Rede Social e serviços competentes, públicos ou privados. ✓ Tem ainda como objetivo a cooperação no âmbito nacional e internacional e a educação e a formação profissional dos cidadãos, no sentido de contribuir para combater os fenómenos que levam à exclusão e desproteção social.
Visão	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criar estruturas sociais e de apoio ao cidadão, enquanto indivíduo, e às famílias, durante todo o seu ciclo de vida, desde o nascimento até ao período de envelhecimento. ✓ Combater os fatores de exclusão social e fomentar os valores de cidadania, contribuindo assim para uma sociedade mais justa, tanto a nível local, como nacional e internacional.
Valores	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Solidariedade ✓ Igualdade ✓ Fraternidade ✓ Liberdade

Política da Qualidade

- ✓ A Política da Qualidade da Fundação COI, visa a prestação de Serviços Sociais de Qualidade aos cidadãos da comunidade em que se insere, durante todo o seu ciclo de vida, os quais se traduzem no apoio a crianças, jovens, idosos, portadores de deficiência, à família em geral e apoio à integração social e comunitária.
- ✓ A Fundação desenvolve as suas Respostas Sociais na medida dos fenómenos inerentes ao desenvolvimento demográfico local e à realidade social das famílias e da comunidade, procurando ir ao encontro, ou mesmo antecipar a satisfação das suas necessidades e expectativas.
- ✓ Procura atingir a qualidade e excelência dos serviços que presta através de um investimento significativo na formação profissional dos seus colaboradores, apostando na melhoria contínua e na eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade, no estrito cumprimento da legislação aplicável à sua atividade.
- ✓ Pretende-se proporcionar a todos os colaboradores condições de trabalho aliciantes e motivadoras, disponibilizando os meios e recursos necessários ao bom desempenho das suas funções de acordo com os padrões de desempenho definidos pela instituição e promovendo o sentido de responsabilidade individual e organizacional, bem como a sua satisfação profissional.

- ✓ Todos os princípios reguladores da política de qualidade da Fundação se aplicam igualmente nas suas relações externas, tanto ao nível das parcerias e trabalho no contexto da Rede Social do Concelho, bem como nas relações com os seus fornecedores.
- ✓ A Gestão das atividades da Fundação assenta numa estratégia de diversificação das Respostas Sociais e na criação de atividades ou serviços, geradores de recursos, por forma a promover o seu crescimento de forma sustentada e a sua progressiva autonomia financeira.
- ✓ A política de Qualidade da Fundação COI será continuamente revista e melhorada de acordo com os resultados da monitorização dos seus processos de funcionamento, privilegiando a prevenção em detrimento da correção, para que se mantenha apropriada, numa perspetiva de melhoria contínua.

Política e Desempenho Ambiental

A Fundação COI visa a prestação de serviços sociais de Qualidade aos cidadãos da comunidade em que se insere, durante todo o seu ciclo de vida, os quais se traduzem no apoio a crianças, jovens, idosos, portadores de deficiência, à família em geral e apoio à integração social e comunitária.

A Fundação COI assume o compromisso de contribuir para a preservação do meio ambiente, melhorar continuamente o seu desempenho ambiental e atuar na prevenção da poluição, cumprindo a legislação e requisitos em vigor. Sempre na perspetiva de melhoria contínua, a Fundação promove a consciencialização e o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste âmbito, a política ambiental da Fundação COI tem em conta a necessidade de minimizar a produção de resíduos bem como o consumo de recursos, através de medidas de redução, reutilização e reciclagem.

Na persecução da constante melhoria, são definidos objetivos concretos, que são periodicamente monitorizados e revistos.

Medidas de Desempenho Ambiental Adotadas:

Redução de Desperdícios	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Imprimir somente os documentos estritamente necessários ou já aprovados e, sempre que possível, imprimir em frente e verso; ✓ Reutilizar folhas de papel; ✓ Reduzir os desperdícios no consumo de água através da colocação de torneiras temporizadoras; ✓ Reduzir os desperdícios no consumo de energia através da utilização dos períodos de vazio; ✓ Reduzir nos consumos de combustíveis, através da racionalização dos percursos da frota automóvel e dos seus utilizadores; ✓ Produção de papel reciclado para confeção de postais de Natal e outros trabalhos nas respostas de apoio à infância.
Utilização de Materiais Reciclados	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Produção; ✓ Comprar materiais reciclados, sempre que existam estejam materiais disponíveis no mercado.

Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tinteiros e toners, em colaboração com a AMI – Assistência Médica Internacional; ✓ Resíduos Hospitalares do Grupo III e IV, contrato com a AmbiMed; ✓ Recolha de óleos alimentares, para reciclagem; ✓ Compostagem - Quinta Pedagógica; ✓ ETAR – Quinta Pedagógica.
Medidas de Poupança de Energia e Utilização de Energias Renováveis	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Utilização de painéis solares em todas as respostas de acolhimento; ✓ Retirar carregadores da tomada; ✓ Desligar todos os equipamentos; ✓ Apagar as luzes sempre que não seja necessário no momento; ✓ Utilização de lâmpadas economizadoras; ✓ Não colocar comida quente dentro de arcas e frigoríficos, evitar de o abrir consecutivamente; ✓ Abrir as janelas para que a claridade e o calor entrem sem que seja necessário ligar os equipamentos eletrónicos; ✓ Utilizar as máquinas de lavar roupa e loiça sempre com carga máxima; ✓ Cozinhar de maneira a poupar energia tapando as panelas com tampas.

Estratégia Organizacional

Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ OE1. Manter um modelo sustentável e equilibrado de funcionamento ✓ OE2. Garantir a prestação de serviços de Qualidade aos clientes ✓ OE3. Consolidar a eficiência nos processos do Sistema de Gestão da Qualidade ✓ OE4. Observar boas práticas em gestão de pessoas e de competências ✓ OE5. Reforçar a imagem da FUNDAÇÃO COI junto de todas as partes interessadas ✓ OE6. Aumentar os níveis de motivação, de liderança e de alinhamento organizacional
-------------------------------	---

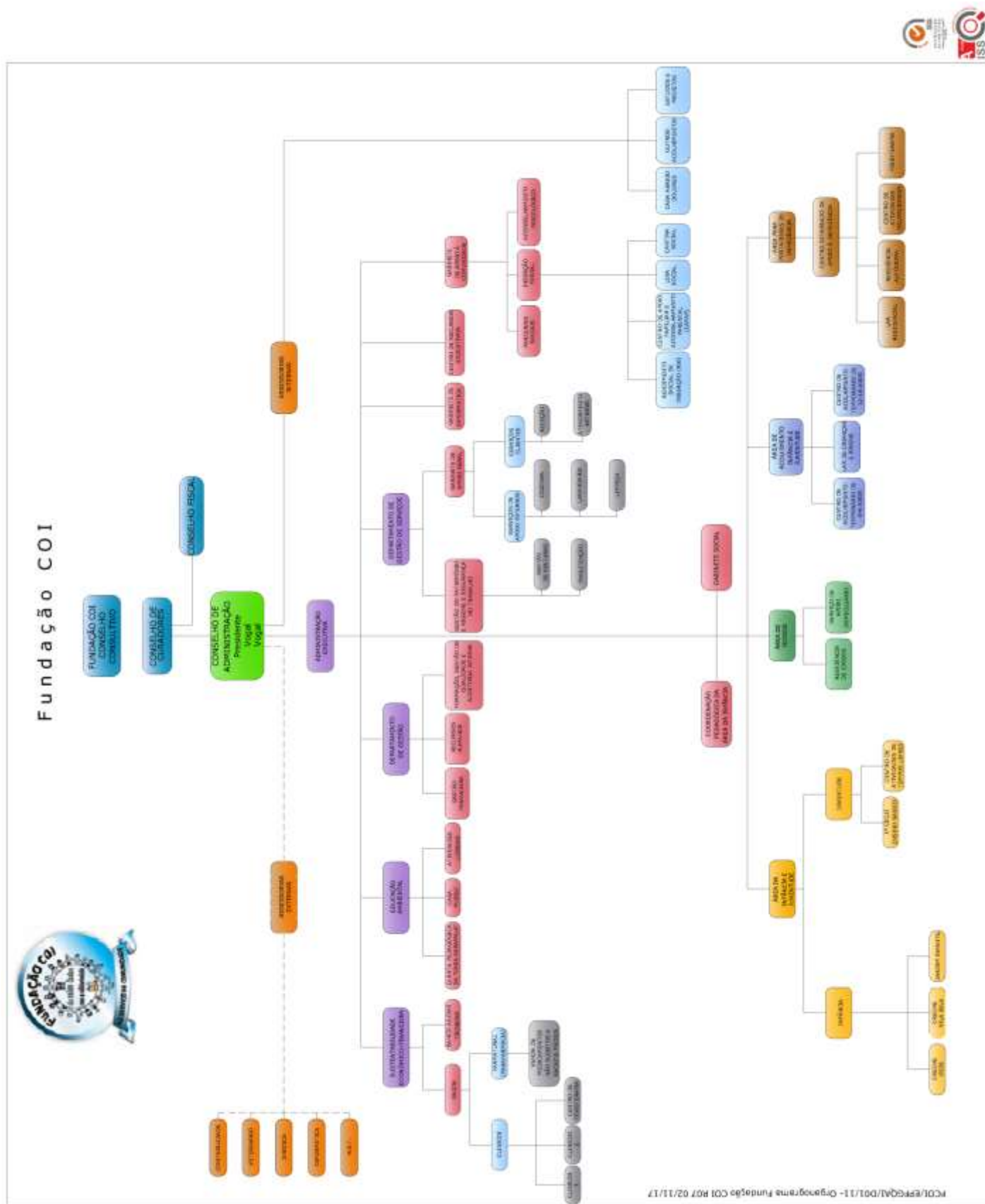


Mensuração dos Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos apresentados correspondem a indicadores e metas definidos nos processos chave da Fundação:

Processos de Gestão e Suporte	
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Liderança ✓ Gabinete de Apoio Geral ✓ Gestão Financeira ✓ Gestão do Património, Higiene e Segurança no Trabalho ✓ Recursos Humanos ✓ Gabinete Social e de Psicologia ✓ Centro de Recursos Educativos ✓ Compras ✓ Lavandaria ✓ Transportes ✓ Medição, Análise e Melhoria
Processos de Realização	
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Residência de Idosos ✓ Serviço de Apoio Domiciliário ✓ Centro de Acolhimento Temporário (0-6 anos) ✓ Centro de Acolhimento Temporário (12-18 anos) ✓ Lar de Crianças e Jovens ✓ Lar Residencial ✓ Residência Autónoma ✓ Centro de Atividades Ocupacionais ✓ Creche ✓ Pré – Escolar ✓ 1º Ciclo do Ensino Básico ✓ Centro de Atividades de Tempos Livres ✓ Centro de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental ✓ Aconselhamento Psicológico ✓ Quinta Pedagógica ✓ CliniCOI ✓ Farmatural ✓ Banco de Ajudas Técnicas ✓ Casa Abrigo Dolores

Organograma da Fundação





Sumário Executivo

Relações com a Comunidade e Parcerias

Envolvimento Internacional

Representações do Conselho de Administração

Agradecimentos do Conselho de Administração

Sumário Executivo

Este relatório, balanço e contas reflete as ações e atividades desenvolvidas pela Fundação COI, nas suas diferentes e complementares áreas de intervenção social, durante o ano de 2017, concretizando a sua missão, visão e valores, assim como a sua estratégia organizacional. Apresenta o balanço funcional da sua atuação, os resultados financeiros atingidos e a execução orçamental que permitiram alcançar os objetivos definidos no respetivo plano de ação.

Tratando-se de um relatório, balanço e contas referente a todas as áreas da intervenção social, cultural e educativa da Fundação, inclui também as atividades transversais desenvolvidas pelos diferentes públicos-alvo de cada resposta social e/ou setor, assim como o envolvimento, apoio e participação dos nossos parceiros que contribuíram para a otimização dos recursos humanos, físicos e financeiros da Fundação.

A manutenção do sistema de gestão da qualidade da Fundação COI, com a dupla certificação de conformidade referente à **Certificação ISO 9001:2015** e **Certificação dos Modelos de Avaliação da Qualidade das Respostas Sociais (MAQRS) – Nível A**, traduz-se em maior responsabilidade social adquirida mas também em maior eficiência e eficácia na execução, organização e gestão de todos os processos que a Fundação incorpora, permitindo evidenciar aos seus clientes e parceiros a qualidade dos serviços por si prestados.

O ano 2017 caracterizou-se por ser um ano de grande dinâmica na área de candidaturas a programas e projetos, tanto nacionais como europeus:

Evidenciamos os Prémios do Concurso de Ideias pelos projetos de complementaridade apresentados à 15.ª Edição do **Prémio Fundação Ilídio Pinho** "Ciência na Escola", com o título "Plantar em Hidroponia e colher Filantropia...será possível?", no qual participaram o Pré-escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico;

No seguimento de uma candidatura submetida no âmbito do **FAMI - Fundo Asilo, Migração e Integração** - no âmbito 02 - Integração e Migração Legal, recebemos uma convenção de subvenção enquanto entidade promotora de ações no âmbito da aprendizagem da língua portuguesa por nacionais de países terceiros, a qual decorreu durante o ano 2017;

Demos início à implementação do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas – **PO APMC** – na qualidade de organização parceira, juntamente com o Centro Social de Palmela, o Centro Social de Quinta do Anjo, a Associação Sol Crescente da Marateca e o Banco Alimentar de Setúbal. Neste âmbito, iniciámos o desenvolvimento de ações de distribuição de géneros alimentares às pessoas mais carenciadas, e de ações de acompanhamento associadas à operação de distribuição de géneros alimentares, que permitem capacitar as famílias e/ou as pessoas mais carenciadas na seleção dos géneros alimentares, na prevenção do desperdício e na otimização da gestão do orçamento familiar.

O projeto Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 3ª Geração [**CLDS-3G Palmela** Ganhar competências, gerar oportunidades e garantir emprego], encontra-se a decorrer desde outubro de 2016 e será dinamizado durante 3 anos (2016/2019), com os seguintes eixos de intervenção: *Eixo 1. Emprego formação e qualificação; Eixo 2. Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; Eixo 3. Capacitação da comunidade e das instituições.* Trata-se de um projeto que visa colmatar eventuais falhas

do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho e encontra-se a ser desenvolvido com os parceiros Centro Social da Quinta do Anjo e Adrepes, sendo que a Fundação COI assume a coordenação do mesmo.

Deu-se seguimento aos esforços destinados a constituir a Associação **Universidade Sénior de Palmela**, a par de um conjunto de entidades, coletivas e individuais, com experiência e competências na área da participação social, na qual se inclui a Fundação COI. A Universidade Sénior de Palmela é uma iniciativa de vertente socioeducativa e lúdica que visa a valorização da cidadania ativa dos nossos seniores, promovendo também fatores como a intergeracionalidade e a aprendizagem ao longo da vida.

Pela primeira vez, a Fundação COI associou-se às comemorações do **Dia Europeu das Fundações e Doadores** com a realização de uma sessão comemorativa que decorreu no edifício sede. Esta sessão pretendeu dar a conhecer o que é a Economia Social, a importância e o impacto das Fundações nas comunidades em que se inscrevem, e, por outro lado, motivar a comunidade para a participação cívica, no princípio da **Filantropia**. Este tipo de iniciativa que funciona como **marketing social** (princípio da gestão das organizações da economia social) é especialmente importante e necessário na promoção da nossa atividade.

A “**Chama da Solidariedade 2017/2018**” foi recebida no Concelho de Palmela e foi entregue à Fundação COI, na qualidade de instituição anfitriã escolhida para dinamizar um conjunto de iniciativas com vista ao envolvimento da comunidade e Instituições Particulares de Solidariedade Social da Freguesia do Pinhal Novo e da União de Freguesias de Poceirão e Marateca, em torno do conceito da solidariedade.

A par do que tem vindo sempre a acontecer, continuou-se a trabalhar numa perspetiva de melhoria contínua nas **Respostas Sociais da área da educação, acolhimento e intervenção social**:

Por força de candidaturas apresentadas no âmbito do Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (**PROCOOP**), assinámos novos Acordos de Cooperação quer para o Lar Residencial como para o Centro de Atividades Ocupacionais, os quais passaram a contemplar mais 1 vaga em cada resposta social, passando assim a uma capacidade de 25 e 14 utentes, respetivamente.

No âmbito de um Acordo Tripartido assinado com a CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, e a Metadrasi - Associação Grega, a Fundação COI acolheu 5 jovens menores afegãos, ao abrigo do **Acolhimento MENA** (Menores Estrangeiros Não Acompanhados). Estes jovens foram confiados pelo Governo Grego ao Governo Português, sendo que a Fundação COI foi a instituição acolhedora dos mesmos, até novembro de 2017, altura em que demos como terminado o presente projeto.

Demos como encerrado o protocolo com a **Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR)**, que previa o acolhimento de famílias refugiadas. No total recebemos 6 famílias, num total de 32 indivíduos. Contudo e dado o escasso tempo de permanência das famílias nas casas que disponibilizámos para o efeito, face aos encargos existentes, quer técnicos como financeiros, decidiu o Conselho de Administração não continuar com o projeto.

Na área da **sustentabilidade financeira** da Fundação, nomeadamente, na “Quinta da Casa Caramela” e nos espaços de Saúde – Farmatural, CliniCOI e Centro de Fisioterapia, apostou-se no alargamento das especialidades e serviços disponíveis, tendo-se estabelecido novos protocolos e parcerias com entidades da área da saúde, que possibilitaram abranger um maior número de clientes.

Paralelamente, decidimos investir num novo edifício, o qual irá acolher várias especialidade da **CliniCOI** e também um espaço **Farmatural**, e que dada a centralidade do edifício, prevemos vir a dinamizar, ainda mais, os serviços que disponibilizamos à comunidade.

Durante o ano, a Fundação, enquanto **entidade formadora certificada pela DGERT**, continuou a disponibilizar ações de formação a todos os colaboradores, com o objetivo de melhorar continuamente as suas competências e desempenho, assim como, a familiares de clientes/utentes.

Enquanto entidade parceira do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), continuámos a proporcionar **estágios-emprego**, assim como a ocupação de trabalhadores ao abrigo de **contratos emprego-inserção**, promovendo e estimulando as suas competências com vista à sua empregabilidade.

Continuámos a acolher **estágios curriculares**, devidamente enquadrados através de protocolos estabelecidos com diversas instituições de ensino secundário, profissional e superior, tanto públicas como privadas.

Desta forma, este relatório, balanço e contas evidencia a concretização das ações desenvolvidas pela Fundação COI, durante este ano, enquadradas pelos seus estatutos e envolvidas pela conjuntura socioeconómica do país. Teve como linha de orientação a sua missão, focou-se na sua visão, elevou os seus princípios, alcançou de forma dinâmica os objetivos definidos, criou sinergias, melhorou e otimizou continuamente a qualidade dos serviços prestados, ajudando a garantir a humanização de uma sociedade que se pretende mais justa e solidária.

Relações com a Comunidade e Parcerias

É objetivo da Fundação adotar uma linha de ação direcionada para as mudanças sociais e para a realidade da comunidade envolvente, promovendo a elaboração de planos de incidência comunitária.

Por esse facto e dando cumprimento ao texto espelhado no artigo 3.º dos Estatutos, procuramos "... contribuir para a promoção do Concelho de Palmela, particularmente da Freguesia de Pinhal Novo e sua população, em parceria com outras entidades e serviços competentes, através da concessão de bens e da prestação de serviços de apoio a crianças e a jovens, apoio à família, apoio à integração social e comunitária, proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meio de subsistência ou de capacidade para o trabalho".

Temos consciência de que um trabalho tão rico e profícuo como aquele a que nos propomos só pode ser alcançado se realizado em parceria com todos os agentes que a seguir se listam:

Trabalho desenvolvido em Parceria

Estágios Curriculares	<p>Encontram-se estabelecidas parcerias com instituições do ensino público e privado, quer a nível secundário, quer universitário, no âmbito das quais se promoveram, durante o ano 2017, a integração de estágios curriculares (sendo que os protocolos celebrados durante o ano letivo de 2016/2017, mantiveram-se no ano letivo de 2017/2018):</p> <p>Escola Secundária de Palmela</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 2 Estágio – Curso de Auxiliar de Saúde <p>IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional (Setúbal)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 Estágios – Curso de Técnico Auxiliar de Saúde <p>Instituto Superior de Educação – Instituto Politécnico de Castelo Branco</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 Estágio – Serviço Social <p>Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 Estágio – Serviço Social <p>Escola Superior de Educação de Setúbal – Instituto Politécnico de Setúbal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 Estágio – Curso Técnico Profissional de Serviço Familiar e Comunitário ✓ 1 Estágio – Curso de Animação e Intervenção Sociocultural <p>Escola Profissional de Setúbal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 Estágio – Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos <p>Escola Profissional Cristóvão Colombo</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 Estágio – Técnico de Apoio à Infância <p>School House</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 2 Estágio – Curso Auxiliar de Fisioterapia <p>Centro de Formação EFuturo</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 Estágio – Curso Técnico Auxiliar de Geriatria <p>Universidade Lusíada</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 Estágio – Serviço Social
I.E.F.P. Setúbal	<p>Estágios Profissionais/Emprego</p> <p>No ano 2017 foram admitidos um total de 2 estágios profissionais/emprego em parceria com o I.E.F.P. de Setúbal:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 Educador(a) de Infância; ✓ 1 Assistente Social. <p>Projetos Contratos Emprego Inserção</p> <p>Em Parceria com o IEFPP foram celebrados 10 Contratos de Emprego Inserção + (CEI+), direcionados a Beneficiários de Rendimento Social de Inserção.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 10 CEI+ em Apoio Social e Comunitário / Outro Pessoal dos Serviços Diretos e Particulares.
Empresa Municipal de Desporto	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Prática da natação na Piscina Municipal

Câmara Municipal de Palmela	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Participação nos projetos pedagógicos específicos de cada sala; ✓ Protocolo de apoio ao funcionamento da Quinta Pedagógica; ✓ Celebração de Contrato Comodato para a utilização do Centro de Respostas Comunitárias do Poceirão para atendimento a beneficiários de RSI, assim como para o funcionamento da Loja Social ✓ Outras não especificadas e pontuais, em especial com a sua Divisão de Intervenção Social.
Junta de Freguesia de Pinhal Novo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Participação nos projetos pedagógicos específicos de cada sala; ✓ Cedência de espaço para os atendimentos aos beneficiários de RSI de Pinhal Novo; ✓ Representação como elemento efetivo na Comissão Social de Freguesia; ✓ Participação em comemorações de efemérides promovidas pela Junta de Freguesia; ✓ Eventos de cidadania; ✓ Outras não especificadas e pontuais.
Junta da União de Freguesia de Poceirão e Marateca	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Representação como elemento efetivo na Comissão Social de Freguesia; ✓ Cedência de espaço para os atendimentos aos beneficiários de RSI da Marateca e Cajados; ✓ Outras não especificadas e pontuais.
Conselho Local de Ação Social de Palmela/ Rede Social	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Membro do Núcleo Restrito; ✓ Membro do Conselho Alargado; ✓ Parceria nas atividades propostas em Plano de Ação.
Conselho Local de Ação Social do Montijo/ Rede Social	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Membro do Núcleo Restrito; ✓ Membro do Conselho Alargado; ✓ Parceria nas atividades propostas em Plano de Ação.
Núcleo Local de Inserção de Palmela	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Membro do Núcleo Local de Inserção; ✓ Protocolo para o acompanhamento a beneficiários do Rendimento Social de Inserção, nas freguesias de Pinhal Novo e união das freguesias de Poceirão e Marateca;
DGRS – Direção Geral de Reinserção Social	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Integração de Programas de trabalho comunitário e inserção social.
GNR (Guarda Nacional Republicana)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não especificadas e pontuais, em especial para as respostas sociais de acolhimento.
Som do Pinhal Rádio – Popular FM	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Publicidade Institucional; ✓ Programa Semanal da responsabilidade do CAFAP; ✓ Não especificadas e pontuais.
Associação Juvenil do Centro de Ocupação Infantil	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entidade fundadora daquele organismo; ✓ Proprietária das instalações; ✓ Protocolo de cedência de instalações; ✓ Colaboração da AJ/COI em atividades específicas da Fundação a definir; ✓ Financiadora das despesas gerais de funcionamento (água, luz e condomínio).
Escolas Públicas e Privadas do 1º, 2º, e 3º Ciclos do Ensino Básico, Escola Secundária de Pinhal Novo e Centro Formação da Escola Sec. de Pinhal Novo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cooperação entre entidades nos projetos educativos dos jovens institucionalizados; ✓ Desenvolvimento de projetos pedagógicos; ✓ Formação contínua de técnicos; ✓ Integração de Estágios em contexto de Trabalho; ✓ Relações técnicas de articulação nos projetos educativos de jovens institucionalizados.

Escolas Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Integração de estágios curriculares; ✓ Relações técnicas de articulação nos projetos educativos de jovens em acolhimento.
Universidades	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Integração de Estágios Curriculares; ✓ Colaboração em estudos de investigação e questionários de diagnóstico, para mestrados e doutoramentos; ✓ Participação em formações e seminários.
IEFP – Setúbal	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Integração de programas CEI e CEI+; ✓ Integração de programas de estágios profissionais e inov-social; ✓ Apresentação quinzenal de desempregados (até 30/09/2016) ; ✓ Conção e implementação de programas de formação profissional; ✓ Formação para trabalhadores internos da Fundação.
Centro de Saúde/Autoridade de Saúde; Centro Hospitalar de Setúbal; Unidade de Saúde Familiar de Santiago	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Parceria nos Centros de Acolhimento; ✓ Parceria no Lar de Crianças e Jovens; ✓ Parceria nas Residências de Idosos; ✓ Parcerias no Centro Integrado de Apoio à Deficiência; ✓ Formação específica para técnicos da Fundação; ✓ Outras não especificadas e pontuais.
Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio a sinistrados; ✓ Outras não especificadas de intercâmbio e pontuais, em especial relacionadas com segurança.
Clube Desportivo Pinhalnovense	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio ao desenvolvimento de projetos pedagógicos; ✓ Outras não especificadas e pontuais.
Associação Reformados Pensionistas e Idosos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio ao desenvolvimento de projetos pedagógicos conjuntos; ✓ Atividades concelhias para pessoas idosas; ✓ Outras não especificadas e pontuais.
Associação das Festas Populares de Pinhal Novo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Participação nas Festas Populares do Pinhal Novo através da instalação de um Stand, no qual é divulgada a intervenção da Fundação; ✓ Desenvolvimento de atividades infantis conjuntas, constantes no Programa das Festas.

Envolvimento Internacional

ESAN - European Social Action Network	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Fundação COI mantém a Vice-Presidência; ✓ Participou na elaboração e promoção de programas, projetos e relatórios que refletem a tomada de posição assumida no âmbito das organizações sociais sem fins lucrativos membros desta organização; ✓ Participou num dos encontros promovidos por esta rede europeia, que se realizou a 9 de março de 2017 em Bruxelas; ✓ Procedeu semanalmente à disseminação dos conteúdos (traduzidos) publicados pela Plataforma Social através da sua página no Facebook.
Projeto ERASMUS + SCHOOL 2 LIFE	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Até 31 de maio de 2017 a Fundação COI continuou a participar no projeto internacional Erasmus+ de educação e formação profissional (VET) "Facilitarea tranzitiei de la scoala la viata activa a persoanelor cu dizabilități mintale accentuate și grave - SCHOOL2LIFE", o qual teve início a 1 de junho de 2015; ✓ Em 2017 realizaram-se duas visitas da comitiva romena, ambas incluindo técnicos, cuidadores e jovens portadores de deficiência.

Projeto de Mobilidade Erasmus +	✓ Participou no projeto "International Quest for EU Quality" Croation starting position: Vrapce, ao receber um grupo de professores da Escola para Enfermeiro Vrapce, localizada em Zagreb na Croácia
Avaliação Schengen	✓ Recebemos a visita de uma equipa de avaliadores, coordenados pela Secretaria Geral da Administração Interna (SGMAI), responsáveis pelo acompanhamento, a nível nacional, do processo de Avaliação Schengen. Esta visita consistiu numa avaliação simulada e preparatória para a receção, a 21 de junho, de uma equipa de oito peritos da União Europeia responsáveis pela execução do Mecanismo de Avaliação Schengen na área do retorno, juntamente com os elementos presentes na visita de abril.
28th EFC Annual General Assembly & Conference	✓ Participou na 28ª Assembleia e Conferência anual do European Foundation Centre subordinada ao tema "Courage to re-embrace solidarity in Europe – Can philanthropy take the lead?". O encontro que reuniu mais de 600 líderes de Fundações de toda a Europa em torno do debate sobre a coragem necessária para voltar a abraçar a solidariedade e como a filantropia pode assumir a liderança, decorreu em Varsóvia nos dias 31 de maio a 2 de junho de 2017. ✓
Missão do CPF ao DEMOS17	✓ Enquanto membro do Centro Português de Fundações, a Fundação COI submeteu uma manifestação de interesse para integrar a Missão de Fundações Portuguesas ao DEMOS17 – Foro de Fundaciones y Sociedad Civil, um evento que teve como principal objectivo fomentar o networking das fundações portuguesas a nível internacional. A Fundação COI foi seleccionada para integrar a Missão, e evento teve lugar a 28 de novembro de 2017.

Representações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração, durante o ano de 2017, participou ou fez-se representar em diversos fóruns, comemorações, aniversários e outros eventos, quer de Entidades locais, quer regionais.

- ✓ Participou nas Assembleias da União Distrital das IPSS;
- ✓ Participou nas Assembleias da União Concelhia das IPSS;
- ✓ Participou nas Assembleias da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS;
- ✓ Participou em Seminários e Congressos;
- ✓ Na qualidade de membro do Centro Português de Fundações – elementos do Conselho de Administração participaram em diversos fóruns, Seminários e Assembleias Gerais;
- ✓ Na qualidade de membro efetivo do Núcleo Local de Inserção de Palmela do Rendimento Social de Inserção - fez-se representar;
- ✓ Na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Palmela, participação direta do Presidente do Conselho de Administração, em representação;
- ✓ Na qualidade de membro do Conselho Local de Ação Social, - participação direta do Conselho de Administração ou por representação;
- ✓ Na qualidade de membro efetivo da Comissão Social de Freguesia (Pinhal Novo, Poceirão e Marateca) - fez-se representar por técnicos do RSI;
- ✓ Na qualidade de membro efetivo do Núcleo restrito de Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela – fez-se representar por técnicos do CAFAP;
- ✓ Na qualidade de membro da UIPSSCP, fez-se representar como membro de direção;
- ✓ Na qualidade de membro da UDIPSS – Presidente do Conselho de Administração preside à Assembleia Geral;
- ✓ Na qualidade de membro do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos – Fez-se representar.

Agradecimentos do Conselho de Administração

Destacamos as notáveis relações de cooperação desenvolvidas, fortalecidas, alargadas e aprofundadas com as entidades públicas e privadas, com as quais estabelecemos uma relação de parceria.

O seu apoio foi fundamental para alcançar os resultados de 2017, garantindo a qualidade da ação social e solidária desenvolvida de forma equitativa visando os mais desfavorecidos.

Apresentamos um especial agradecimento aos colaboradores desta instituição que através do seu empenho, dedicação e esforço diário, ajudam a garantir a prestação de serviços de qualidade a todos.

Agradecemos ainda todo o empenhamento dos membros do Conselho Consultivo, Conselho de Curadores e Conselho Fiscal, em prol da continuidade do desenvolvimento ponderado e sustentado das ações sociais da Fundação COI.

Pinhal Novo, 19 de Março de 2018

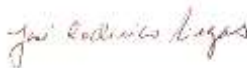
O Presidente do Conselho de Administração
(Eng.º Carlos Marques Talego)



A Vogal do Conselho de Administração
(Dra. Mara Machado Ribeiro Rebelo)



O Vogal do Conselho de Administração
(Dr. José Roderico Piegas)



Parte I - Atividade da Fundação

Área da Infância e Juventude

Área de Acolhimento

Área para Portadores de Deficiência
(Centro Integrado de Apoio à Deficiência)

Área de Idosos

Gabinete de Apoio à Comunidade – Inserção Social

Sustentabilidade Económico – Financeira

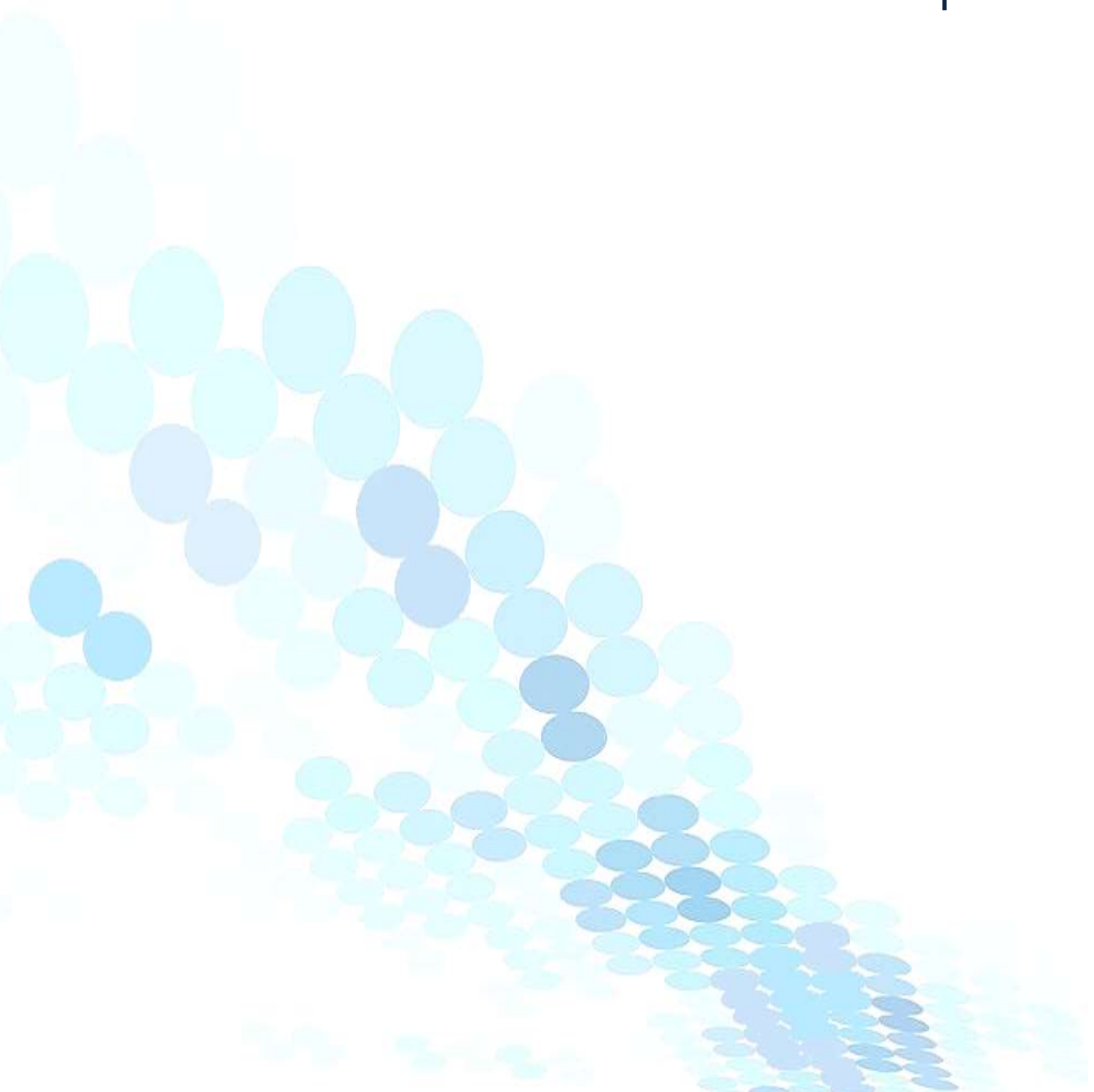
Área de Infância e Juventude

Creche

Pré-Escolar

Centro De Atividades E Tempos Livres (Catl)

Ensino Básico (1º Ciclo)



1. Do Plano de Atividades Pedagógicas ao seu Cumprimento

As respostas sociais de **Creche, Pré-escolar, 1º Ciclo do Ensino Básico e Centro de Atividades de Tempos Livres**, formam um todo, na Área Pedagógica da Fundação COI. Estas quatro respostas sociais visam o desenvolvimento das crianças em espaços educativos privilegiados onde são criadas possibilidades para que desenvolvam a sua curiosidade e sentido crítico construindo assim as suas aprendizagens.

Contudo, para que tal seja possível o processo de ensino-aprendizagem tem de ser apresentado como uma experiência positiva, interessante, inovadora e criativa, mas onde os valores da convivência social estejam sempre presentes.

“A FILANTROPIA NA ECONOMIA SOCIAL” foi o tema escolhido para o Plano de Atividades Pedagógico de 2017 que faz parte integrante do projeto educativo para o triénio 2017/2019. Deste modo, tratando-se de um tema atual e que abrange toda a população, será desmultiplicado revestindo-se com um caráter pedagógico, abordando algumas das questões inerentes a esta temática.

É objetivo deste projecto educativo e da Fundação enquanto escola, formar cidadãos ativos e conscientes, dotados de competências pessoais e sociais diversas, mas diferentes, com características, capacidades, interesses, motivações e histórias de vida distintas. E é neste sentido que, pretendemos com este projecto trienal, proporcionar a cada aluno uma formação integral e diferenciada. Uma formação onde o saber se articula com o saber fazer, o saber ser e o saber viver, o saber dar, partilhar a receber.

Procuramos por isso transmitir e incutir o sentido de responsabilidade, a disciplina, o respeito e a persistência. Assim como a Solidariedade, a Igualdade, a Fraternidade e a Liberdade, valores intrínsecos à Fundação, sendo que estes princípios são elementos centrais em todo o processo educativo, contribuindo para a formação de futuros cidadãos Filantropos – **“Ser Filantropo também se aprende”**.

De acordo com a temática definida, foi objetivo principal incutir nos diferentes grupos a temática da Filantropia, a atitude de ajudar o próximo, de fazer caridade, seja ela através de donativos, como roupas, comida, dinheiro, etc. A principal característica de uma pessoa Filantropa é a capacidade de sentir amor pela humanidade. Um sujeito que pratica a filantropia, considerado um altruísta, que faz obras de caridade com a finalidade de ajudar outros indivíduos sem desejar nenhuma recompensa em troca. O filantropo não distingue o ser humano por raça, religião ou orientação sexual, criando apenas o critério de ajudar, financeiramente ou com ações benéficas, as pessoas que mais necessitarem e que estão à margem da sociedade.

Para que as crianças se desenvolvam numa perspectiva positiva é necessário que os princípios básicos da educação assentem em três dimensões: a participação, a estratégia e a liderança.

É nestes pilares que assenta toda a estruturação do Projeto Educativo da Fundação promovendo o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das crianças através de atividades, adequadas às suas necessidades, fundamentais na implementação de uma dinâmica de constante aprendizagem organizacional, onde a avaliação, a reflexão, os ajustamentos e reajustamentos permanentes são fatores de mudança e de melhoria educativa, para a concretização do plano de atividades pedagógicas.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

3. Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)

O Centro de Atividades de Tempos Livres é um espaço onde as crianças, a frequentar o Primeiro Ciclo do Ensino Básico, e nos períodos para além das atividades escolares e interrupções letivas, encontram a componente de apoio à família, pautada por atividades estimulantes, criativas e pedagógicas.

O objetivo geral do CATL visa desenvolver atividades criativas e pedagógicas, com o intuito de prestar apoio a família, durante o período diário, dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

Assume-se enquanto resposta social com forte componente de apoio à família, pois assegura o acompanhamento e a ocupação das crianças durante as interrupções letivas, bem como durante os tempos letivos, mas cujos horários não são compatíveis com os horários laborais dos seus pais/encarregados de educação. Contudo, as suas finalidades educativas vão muito além, constituindo o CATL, um espaço onde os interesses das crianças são valorizados, partindo destes para planificar as atividades que se reveste com um caráter lúdico, dinâmico e pedagógico. Paralelamente às atividades houve um reforço da componente de apoio ao estudo, tendo-se verificado essa necessidade junto das crianças/jovens e respetivas famílias.

O Centro de Atividades de Tempos Livres da Fundação COI é um espaço destinado a crianças que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico. Recebe crianças que frequentam o 1º Ciclo da Fundação COI, bem como crianças que frequentam escolas públicas. A estas é garantido o transporte e a recolha das suas respetivas escolas.

A sua rotina garante a realização de atividades variadas que vão ao encontro das expectativas das suas crianças/jovens e que poderão ser individuais, em pequeno ou em grande grupo. Todas estas atividades pretendem desenvolver a autoestima e confiança das crianças reforçando simultaneamente valores sociais e culturais, preparando-as enquanto cidadãos ativos na sociedade.

A Resposta Social de CATL oferece uma resposta complementar às atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no estabelecimento de ensino e responde às necessidades de apoio socioeducativo das famílias.

Permite a cada criança ou jovem, através da participação na vida de grupo, a oportunidade da sua inserção na sociedade, contribuindo para que cada grupo encontre os seus objetivos, de acordo com as necessidades, aspirações e situações próprias de cada elemento e do seu grupo social, favorecendo a adesão aos fins livremente escolhidos.

Diariamente, o CATL assegura a receção das crianças, o acompanhamento dos clientes do 1º Ciclo do Ensino Básico no percurso Escola/CATL e CATL/Escola, a alimentação, apoia na realização dos trabalhos de casa e oferece uma panóplia de atividades.

O CATL não tem uma função exclusiva de guarda das crianças (função de acolhimento), pois complementa a ação da escola na promoção de atividades de cariz lúdico, cultural e pedagógico que permitem às crianças/jovens desenvolver um conjunto de capacidades e competências, consolidando o seu currículo escolar.

A equipa pedagógica desempenha um papel fulcral, pois organiza o espaço, as rotinas, seleciona as atividades a realizar, e apoia as crianças nas suas ações. Para além do referido anteriormente, a equipa pedagógica tem, também, a responsabilidade de criar, através da sua ação dinâmica e interventiva, momentos que contribuam para o desenvolvimento pessoal e social das crianças/jovens enquanto seres humanos, ativos, participantes e solidários.

O Plano de Atividades Pedagógico do CATL é parte integrante do Plano de Atividades/Ação da Fundação COI que vigorará entre Janeiro e Dezembro de 2017. Representa um instrumento dinâmico onde estão consagradas as orientações, objetivos e metas que serão desenvolvidos na resposta social de CATL.

Procuramos por isso transmitir e inculcar o sentido de responsabilidade, a disciplina, o respeito e a persistência. Assim como a Solidariedade, a Igualdade, a Fraternidade e a Liberdade, valores intrínsecos à Fundação, sendo que estes princípios são elementos centrais em todo o processo educativo, contribuindo para a formação de futuros cidadãos Filantropos – **“Ser Filantropo também se aprende”**, temática definida para trabalhar neste ano de 2017.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

4. Ensino Básico (1.º Ciclo)

A Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico contou com 23 inscrições tendo ocorrido processos de transferência de alunos para outras escolas.

A turma do 1.º Ciclo do Ensino Básico é uma turma de ensino vertical e no ano 2017 teve alunos matriculados nos quatro anos de escolaridade respeitantes a este ciclo.

Este ciclo privilegia um desenvolvimento integrado de áreas do saber, assim torna-se essencial implementar atividades que desenvolvam aprendizagens ativas, significativas, diversificadas, integradoras e socializadoras capazes de dotar os alunos a nível pessoal, cognitivo e social.

Na Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, os alunos vivenciaram situações diferenciadas de aprendizagem, através: do contato direto com o meio envolvente, da realização de pequenas investigações, da realização de atividades experimentais, da realização de pesquisas, da audição e exploração de livros e histórias, da resolução de problemas, da resolução de situações problemáticas, da implementação de atividades de leitura, da implementação de atividades de escrita, da aquisição e/ou consolidação de conteúdos e da participação em concursos e projetos.

De forma a integrar todos os alunos e dar resposta às suas necessidades surge a diferenciação no trabalho desenvolvido em contexto de sala de aula. Assim, com vista à valorização das capacidades e superação de fragilidades nos diferentes domínios da aprendizagem, foram implementados, ao longo do ano, Planos Educativos Individuais, para os alunos que evidenciaram dificuldades específicas de aprendizagem.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

Área de Acolhimento

Centro de Acolhimento Temporário (0 - 6 Anos) – CAT I

Centro de Acolhimento Temporário (12 - 18 Anos) – CAT II

Lar de Crianças e Jovens - LCJ

Casa Abrigo Dolores - CAD



1. Centro de Acolhimento Temporário I (CAT I)

O Centro de Acolhimento Temporário dos 0 aos 6 anos é uma resposta social que surge como solução às problemáticas e carências das crianças e famílias em situação de risco, caracterizando-se, essencialmente, por garantir o acolhimento imediato e absolutamente transitório de menores em situação de risco ou desproteção, decorrentes de abandono familiar, maus tratos físicos ou psicológicos, negligência familiar, abuso sexual ou outros fatores suscetíveis de colocar as crianças em situações desfavoráveis ao seu bem-estar físico e psicológico.

Pretende-se que a criança/jovem nesta Resposta Social, encontre um espaço físico e humanamente acolhedor, que contribua para minimizar o impacto do afastamento do seu meio natural de vida e/ou afastamento da família biológica.

A intervenção tem sido realizada com base em instrumentos técnicos implementados de suporte aos processos individuais dos menores bem como de funcionamento da Resposta Social, de acordo com o Sistema de Gestão da Qualidade implementado na Resposta Social e pelo qual é certificado.

Este trabalho de parceria, nomeadamente entre o CAT e as restantes entidades, tem como objetivo potenciar os meios sociais, culturais e educativos, proporcionando uma educação o mais completa possível à criança acolhida, bem como capacitar as famílias, do ponto de vista educativo, para atingir o objetivo máximo que poderá passar pela reintegração na família, defendendo sempre o superior interesse da criança.

No ano de 2017, o Centro de Acolhimento Temporário, com as suas 20 (vinte) vagas conseguiu dar resposta às problemáticas e carências das crianças e famílias em situação de risco, em particular do Distrito de Setúbal, nomeadamente Setúbal, Palmela, Seixal, Barreiro e Almada. O CAT para além de dar resposta a situações no Distrito de Setúbal, continuou a colaborar e a articular um caso que transitou de 2016 do Distrito de Leiria. Contou ainda com um pedido da região Autónoma da Madeira, pedido este que integrou as duas vagas de emergência no mês de abril.

Assim, registaram-se 8 admissões e 11 saídas: 4 transferências para outras respostas sociais de acolhimento da Fundação, 3 casos de regresso à família alargada, 3 casos com aplicação de medida de apoio junto do pai/mãe e 1 adopção.

O Centro de Acolhimento executou com sucesso o seu Plano de Atividades, tendo em vista proporcionar os meios que contribuíram para a valorização pessoal e social das crianças, estimulando o seu desenvolvimento físico e intelectual, bem como a aquisição de normas e valores, trabalhando também o tema "A Filantropia na Economia Social – Ser Filantropo também se aprende".

As crianças integradas no CAT desenvolveram com regularidade atividades que apelaram à temática e serviram para a consecução dos objetivos delineados também nos seus Planos Socio Educativos individuais assim como do Plano Cooperado de intervenção.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

2. Centro de Acolhimento Temporário II (CAT II)

A resposta social Centro de Acolhimento Temporário para Crianças e Jovens em Risco dos 12 aos 18 anos destina-se, prioritariamente, ao acolhimento de crianças e jovens em risco do Concelho de Palmela e Concelhos vizinhos. A resposta social é constituída por uma equipa multidisciplinar, nomeadamente um Técnico de Serviço Social que desempenha as funções de coordenador técnico da resposta social, um Psicólogo, uma Animadora Sociocultural e uma equipa de Colaboradoras, a qual desenvolve intervenção ecossistémica com os jovens consoante as suas necessidades e projectos de vida, articulando com as famílias, o Tribunal de Família e Menores, a Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal (EMAT), as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, entre outras entidades da comunidade.

Numa primeira fase de intervenção, logo após o acolhimento, procede-se à avaliação diagnóstica, assim com à avaliação das necessidades e expectativas psicossociais da criança/jovem e seu contexto familiar, de forma a delinear-se o seu “Projeto de Vida”, da forma mais célere possível, respeitando o superior interesse da criança/jovem. Esta análise pressupõe que se esgotem inicialmente todas as alternativas existentes em termos familiares, caso não se verifique essa possibilidade, o Projeto de Vida da criança/jovem é focado no sentido da adoção ou da autonomização.

Na resposta social Centro de Acolhimento Temporário dos 12 aos 18 anos foram efectuadas 3 saídas de crianças/jovens para medida em meio natural de vida (apoio junto dos pais) e 3 integrações.

Para o cumprimento dos objetivos já apresentados, foi dada continuidade ao longo do ano, um trabalho de promoção de competências pessoais e sociais, de capacitação para a gestão das rotinas e tarefas da vida diária, bem como o desenvolvimento de competências académicas e de cidadania. Neste sentido, rentabilizaram-se os recursos existentes na comunidade local, tais como o Centro de Recursos para a Juventude (CRJ), a Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, a Associação Académica de Pinhal Novo ao nível do Atletismo, os Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo, a Associação Juvenil COI, entre outros, promovendo a participação nos eventos e atividades dinamizados por estes.

Importa ainda referir que foi dada continuidade ao trabalho de articulação com as estruturas de ensino que os jovens frequentaram, nomeadamente com a Escola 2º e 3º Ciclos José Maria dos Santos, Escola Secundária de Pinhal Novo e com a Escola Profissional do Montijo, sendo que uma jovem frequenta esta resposta de Ensino integrando o Curso Técnico Profissional de Apoio à Infância. Este trabalho é desenvolvido com estas entidades através de uma metodologia de intervenção sistémica e interdisciplinar, baseada na proximidade e fluidez de comunicação, promovendo assim o sucesso escolar das crianças/jovens acolhidos, que apresentou uma taxa de 83,3% de aprovações (apenas 1 reprovação), referente ao ano letivo de 2016-2017.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

3. Lar de Crianças e Jovens (LCJ)

O Lar constitui uma resposta social às problemáticas e necessidades das crianças/jovens, bem como das suas famílias em situação de risco, caracterizando-se essencialmente, por garantir um acolhimento mais prolongado de menores em situação de risco, decorrente de abandono familiar, maus-tratos físicos ou psicológicos, negligência familiar ou outros factores que coloquem as crianças/jovens em situação de risco ou desprotecção social.

Atualmente, neste equipamento estão acolhidas 14 crianças/jovens, que se incluem na faixa etária dos 7 aos 22 anos, cuja institucionalização foi decretada por um período prolongado. O tempo de permanência está relacionado com a evolução do Projecto de Vida delineado para os menores, podendo estes atingir a maioridade ou permanecer no Lar até à aquisição de competências pessoais, sociais e académicas que lhes garantam a sua autonomia e integração social e profissional.

As crianças/jovens integradas na nossa resposta social foram alvo de um acompanhamento onde se desenvolveu intervenção ecossistémica com os jovens consoante as suas necessidades e projectos de vida, dando especial ênfase às suas situações psicossociais e educativas, de forma a criar-se uma retaguarda de apoio e segurança que lhes dê suporte a diversos níveis e que, ao mesmo tempo, seja elemento promotor da sua cidadania plena, objetivando uma futura integração na sociedade.

Ao longo do ano de 2017, o Lar de Crianças e Jovens acolheu 1 criança/jovem, por outro lado, registou-se o retorno de 1 criança/jovem ao respectivo agregado familiar do seu progenitor.

Foi dada continuidade ao trabalho de proximidade e articulação com as Escolas onde os menores estão integrados, havendo uma participação em todas as reuniões de encarregados de educação e atendimentos. Foram efetuados também, em parceria com as Escolas, Planos de Acompanhamento para cada jovem, sendo que este trabalho refletiu-se num aproveitamento escolar com uma taxa de sucesso de 100%, estando atualmente dois jovens a frequentar o Ensino Superior.

Ao longo do ano, as crianças/jovens acolhidas também participaram em atividades culturais, desportivas e de lazer desenvolvidas na comunidade, de modo a promover a participação e responsabilidade social, assim como a sua participação cívica nos eventos e questões da comunidade em que estão inseridos, nomeadamente, idas ao cinema, idas à praia e outras atividades promovidas pelo Centro de Recursos para a Juventude, etc.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

4. Casa Abrigo Dolores (CAD)

Tratando-se a Fundação COI de uma instituição com um vasto envolvimento na área da intervenção social no Concelho de Palmela e, mais especificamente, na Freguesia de Pinhal Novo, tendo representação efetiva em todos os organismos da Rede Social, a resposta social de casa de abrigo surgiu com o desígnio de colmatar a necessidade de um serviço desse género, a partir de uma necessidade identificada pela Rede Social do Concelho e pelos serviços de Ação Social Local, inserindo-se também na estratégia de consolidação da rede nacional de casas de abrigo.

Nesse sentido, a Casa Abrigo Dolores (CAD) é uma Resposta Social de acolhimento temporário para situações de risco, destinada a mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores e sem outros recursos para além da institucionalização. Trata-se de um serviço diferenciado, o primeiro desse género no Concelho de Palmela e o quinto no Distrito de Setúbal, vindo a complementar os serviços existentes na comunidade e na própria Fundação COI.

Pese embora essa resposta social tenha sido inaugurada a 8 de março de 2013, a assinatura do protocolo com a Segurança Social ocorreu apenas a 27 de julho de 2016. Essa ocasião foi o ponto de partida para a CAD receber as suas primeiras utentes, já durante o mês seguinte à assinatura do protocolo. O ano de

2017, porém, representou o primeiro ano completo de funcionamento da resposta social, e desta forma permite uma análise mais abrangente dos seus indicadores, que serão apresentados no presente capítulo.

Considera-se que essa resposta social constitui uma etapa intermédia de um percurso que se inicia com o acolhimento e a definição de um Plano Individual de Intervenção para estas mulheres, tendo em consideração a existência ou não de menores a acompanhá-las. O Plano Individual de Intervenção, elaborado conjuntamente com as utentes, tem a finalidade de definir ações e atividades, bem como competências a desenvolver, cujo objetivo é criar as condições que promovam a autonomização e a subsequente reinserção social, em âmbitos diversos, tais como:

- ✓ Desenvolvimento pessoal;
- ✓ Bem-estar (físico, material e emocional);
- ✓ Empregabilidade;
- ✓ Inclusão social, cidadania e direitos;
- ✓ Educacional, cognitivo e afectivo;
- ✓ Jurídico (apoio legal relativamente à condição de vitimização).

Tendo por base o disposto na Lei nº 112, de 16 de setembro de 2009, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, e que estabelece os termos do Estatuto de Vítima, a Casa Abrigo Dolores acolhe mulheres em risco e os seus filhos menores, quando existirem, por um período não superior a 6 meses. É nessa janela temporal que se desenvolve o Plano Individual de Intervenção.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

Área para Portadores de Deficiência (Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência)

Lar Residencial - LR

Residência Autônoma - RA

Centro de Atividades Ocupacionais - CAO



1. Lar Residencial (LR)

O objetivo geral do Lar Residencial é o acolhimento de jovens e adultos portadores de deficiência, de idade igual ou superior a 16 anos que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar. Destina-se igualmente a jovens que frequentem estruturas de ensino, formação profissional ou que se encontrem abrangidos por programas ou projetos, cujo local não se compatibilize ao da respetiva residência. Presta ainda apoio no caso dos familiares/cuidadores necessitarem de apoio em determinadas situações, tais como em situações de doença ou de necessidade de descanso.

Este equipamento tem capacidade para acolher 24 clientes, sendo que 2 vagas se destinam a alojamento de carácter temporário e em especial para férias dos cuidadores.

O Lar Residencial prioriza situações de enquadramentos familiares disfuncionais, situações de carência social e/ou económica, envelhecimento dos cuidadores e de outros familiares diretos, situações de grande dependência, abandono por parte dos familiares/cuidadores ou ausência dos mesmos, situações sócio habitacionais precárias, promovendo sempre e incondicionalmente a solidariedade e prestando aos clientes um apoio de qualidade, a que todos têm direito.

No decorrer do ano de 2017 ocorreram 2 admissões e 2 saídas, por falecimento.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

2. Residência Autónoma (RA)

O objetivo geral da Residência Autónoma é o acolhimento de jovens e adultos portadores de deficiência, de idade igual ou superior a 16 anos que, mediante um apoio mínimo, possuem capacidade de viver autonomamente. Destina-se igualmente a jovens que frequentem estruturas de ensino, formação profissional ou que se encontrem abrangidos por programas ou projetos, cujo local não se compatibilize ao da respetiva residência.

A Residência Autónoma prioriza situações de enquadramentos familiares disfuncionais, situações de carência social e/ou económica, envelhecimento dos cuidadores e de outros familiares diretos, abandono por parte dos familiares/cuidadores ou ausência dos mesmos, situações sócio habitacionais precárias, promovendo sempre e incondicionalmente a solidariedade e proporcionando aos clientes um apoio de qualidade, a que todos têm direito.

Este equipamento tem capacidade para acolher 5 clientes

No decorrer do ano de 2017 ocorreram 0 admissões e 0 saídas.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

3. Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)

A Resposta Social Centro de Atividades Ocupacionais foi inaugurada em Dezembro de 2013, tendo surgido como solução a uma necessidade sentida pela comunidade. Caracteriza-se por ser um equipamento complementar ao Lar Residencial e Residência Autónoma, (que surgiu na sequência de uma candidatura ao Programa PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais).

O Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) tem como objetivo principal promover e disponibilizar condições que contribuam para uma vida com qualidade através do desenvolvimento de atividades socialmente úteis e estritamente ocupacionais, de forma a permitir aos clientes uma valorização pessoal e aproveitamento das suas capacidades, quer na perspetiva de uma eventual integração, se possível em regime de emprego protegido, quer na perspetiva de os manter ativos, motivados e criativos. Estas formas de apoio visam também a sua integração na comunidade, o que se traduz na ajuda às respetivas famílias.

Esta Resposta Social disponibiliza apoio técnico ao nível físico, psíquico e social, promovendo a participação em ações culturais, desportivas e recreativas. Destina-se a pessoas com deficiência, de idade igual ou superior a 16 anos, sinalizadas pela Segurança Social, Tribunais, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Rede Social do Conselho, Comunidade Educativa ou outras entidades parceiras.

O Centro de Atividades Ocupacionais viu revisto em dezembro de 2017 o seu Acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social I.P., tendo sido alterado o número de vagas protocoladas de 13 para 14, continuando o equipamento a possuir uma capacidade para 15 clientes. A 31 de dezembro de 2017 o Centro de Atividades Ocupacionais apresentava 100% das vagas ocupadas.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

Área de Idosos

Residência de Idosos - RI

Serviço de Apoio Domiciliário - SAD

1. Residência de Idosos (RI)

A Residência de Idosos é uma resposta na área do Apoio aos Idosos da Fundação COI, estruturando-se num alojamento coletivo de pequena dimensão e que presta 24h por dia, sete dias por semana, cuidados de saúde, higiene e conforto. Promove ainda a autonomia e o bem-estar biopsicossocial, através de situações de convívio e animação social.

No sentido da unificação global de todas as respostas sociais, partiu-se do pressuposto da otimização dos recursos humanos e equipamentos da Fundação, incluindo-se igualmente os recursos e iniciativas da comunidade, bem como projetos resultantes de parcerias que se estabelecem com a Rede Social Local, nomeadamente com o grupo de parceiros que intervêm com idosos.

Mensalmente, a Estrutura Residencial para idosos da Fundação COI continua a participar em reuniões com o GIQE (Grupo Interinstitucional para as Questões do Envelhecimento), que em conjunto planeia atividades lúdicas, recreativas, culturais e de animação para os idosos acolhidos, assim como se debatem e trabalham temas relacionados com a temática sénior.

Tendo como base o tema central "A Filantropia na Economia Social", foram realizadas atividades relacionadas com esta temática, abordando temas de relevância sobre a Filantropia numa sociedade quase encontra cada vez mais envelhecida.

Realizaram-se também saídas de cariz sociocultural em articulação com outras instituições da freguesia e concelho.

Em 2017 registaram-se 13 novas admissões e 12 saídas. Das 12 saídas, uma foi justificada pelo regresso ao domicílio, duas por transferência para Unidade de cuidados Continuados e os restantes faleceram.

Os objetivos a que a Residência de Idosos se propôs no seu plano de atividades para 2017 foram, na sua globalidade, cumpridos. Foram ainda cumpridas as metas e objetivos traçados para cada um dos processos chave da Resposta Social.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

2. Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

O SAD é a Resposta Social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

É determinado com o cliente/responsável as metas e os objetivos, de acordo com as necessidades e expectativas de cada pessoa para o delineamento do seu Plano de Desenvolvimento Individual.

No que se refere às atividades socioculturais desenvolvidas, pode-se sucintamente reportar, que é desenvolvido um plano anual de actividades que visa desenvolver actividades mensais com os clientes que contratualizam animação sociocultural, algumas apenas com a animadora e outras no âmbito das parcerias que dispomos com a rede social, com o objetivo de promover momentos lúdicos/recreativos e de interação geracional.

Neste contexto, o Serviço de Apoio Domiciliário da Fundação COI, continua a participar em reuniões com o GIQE (Grupo Interinstitucional para as Questões do Envelhecimento), que em conjunto planeiam

atividades lúdicas, recreativas, culturais e de animação para os idosos integrados, assim como se debatem e trabalham temas relacionados com a temática sénior.

Ao nível das atividades promovidas internamente pela Fundação COI, de destacar as visitas mensais, promovidas pela Equipa de Enfermagem à residência dos clientes e que visam a promoção do seu bem-estar pessoal e de saúde, assim como dá apoio no processo de gestão da saúde do cliente.

Durante o ano de 2017 registaram-se 13 novas admissões e 12 saídas, dentro das quais se incluem a transferência para a estrutura ERPI ou falecimento.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

Gabinete de Apoio à Comunidade – Inserção Social

Equipa de Apoio a Beneficiários do Rendimento Social de Inserção – RSI

Gabinete de Aconselhamento Psicológico

Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas - PO APMC

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental – CAFAP

Loja Social

Cantina Social

Acolhimento de Refugiados



1. Equipa de Apoio a Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)

A lei nº 13/ 2003 de 21 de Maio prevê, no seu artigo 37º, a possibilidade de as Instituições Particulares de Solidariedade Social participarem no desenvolvimento de ações inerentes ao RSI mediante a celebração de protocolos. Neste âmbito foi assinado protocolo entre o Instituto de Solidariedade e Segurança Social do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Setúbal e a Fundação COI, para as Freguesias de Pinhal Novo, Poceirão e Marateca, com o objetivo de desenvolver processos de acompanhamento dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, tais como, elaboração de informação social e relatórios sociais, negociação e celebração de Contratos de Inserção, bem como o seu acompanhamento e avaliação.

A Equipa é responsável pelo acompanhamento de agregados familiares das freguesias de Pinhal Novo e União das Freguesias de Poceirão Marateca, tendo sido realizada uma redistribuição dos processos pela Equipa Técnica: na União das Freguesias de Poceirão Marateca intervêm dois Técnicos, uma Assistente Social na localidade de Poceirão e uma Psicóloga na localidade de Marateca, enquanto na Freguesia de Pinhal Novo devido ao elevado número de processos intervêm as três Técnicas.

Na Freguesia de Pinhal Novo estão afetas três Ajudantes de Ação Direta e na União das Freguesias de Poceirão Marateca intervêm duas Ajudantes.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

2. Gabinete de Aconselhamento Psicológico

A Fundação COI disponibilizou durante o ano de 2017, consultas de psicologia, no Gabinete de Apoio à Comunidade. Este Gabinete tem como objetivo atender gratuitamente crianças e jovens que procuram este serviço preferencialmente de forma espontânea, mas que podem efetivamente ser encaminhados pela Rede Social ou Respostas Sociais da Fundação COI.

O serviço de Aconselhamento Psicológico é realizado pelos técnicos de Psicologia da Fundação que disponibilizam 8 horas de atendimentos semanais nos dias indicados e mediante marcação prévia entre o psicólogo e o cliente.

Neste Gabinete procura-se efetuar um aconselhamento psicológico que ajude os jovens a descobrir as causas do seu mal-estar psicológico e orientar no sentido do encontro de soluções que melhor se adequam. Deste modo, no decorrer do ano de 2017, o Gabinete de Aconselhamento Psicológico deu resposta a apenas um pedido, por este ser o único que se enquadrava no âmbito do gabinete. De realçar que todos os pedidos tiveram pelo menos um atendimento para se perceber melhor se a problemática se enquadrava no âmbito ou não.

Manteve-se o acompanhamento a dois clientes que iniciaram este serviço em 2016, pelo que durante o ano de 2017 acompanhou-se no total 3 crianças da freguesia. Ressalva-se que uma das crianças acompanhadas abandonou o acompanhamento psicológico, não tendo realizado a avaliação do gabinete.

Assim sendo, realizaram-se no total 38 atendimentos psicológicos.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

3. Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC)

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas foi aprovado pela Comissão Europeia em 17/12/2014. Tem alinhamento com os objetivos da Estratégia da Europa 2020, para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Substitui o PCAAC, implementado em Portugal até ao final de 2013, e é financiado pelo FEAC e pelo Orçamento de Estado.

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas pretende ser um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social em Portugal. O Programa foi desenhado numa lógica de intervenção mediante apoio alimentar e outros bens de consumo básico, assim como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento que capacitem as pessoas mais carenciadas a vários níveis, promovendo assim a sua inclusão.

No âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC) foi estabelecido um protocolo de parceria com o Banco Alimentar de Setúbal enquanto entidade coordenadora e 4 instituições do Concelho de Palmela nomeadamente Fundação COI, Centro Social de Palmela, Centro Social da Quinta do Anjo e União Social Sol Crescente da Marateca, enquanto entidades mediadoras.

A Fundação COI enquanto entidade mediadora iniciou a distribuição de produtos do PO APMC em dezembro de 2017 tendo abrangido 191 beneficiários das freguesias de Pinhal Novo e Poceirão.

4. Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) tem como missão estudar, prevenir e reparar situações de risco social, apoiar crianças e jovens em situação de risco e suas famílias. Está integrado nos objetivos da Fundação COI, que se baseiam na intervenção social e comunitária, constituindo um serviço complementar às outras respostas sociais existentes na Instituição. O CAFAP desenvolveu um trabalho multidisciplinar, integrado, interativo, intra e interinstitucional, com a/ na Comunidade, tendo como objetivo a promoção e a intervenção de sucesso junto das crianças, jovens e suas famílias.

O CAFAP visou essencialmente a intervenção no contexto familiar, ajudando a família a criar condições e a potencializar os recursos necessários à manutenção das crianças e jovens nos seus agregados de origem, procurando prevenir a sua institucionalização ou possibilitando a sua desinstitucionalização e reunificação familiar.

Durante a vigência do Plano de Atividades, no período de janeiro a dezembro de 2017, foi levado a cabo um conjunto de atividades, baseadas em intervenções técnicas, com o objetivo de regular e mediar as disfuncionalidades diagnosticadas nas famílias acompanhadas. Algumas das ações realizadas foram ainda direcionadas para a comunidade em geral, integrando assim uma estratégia de ação formativa e preventiva.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

5. Loja Social

As lojas Sociais da Fundação COI visam contribuir para a promoção do Concelho de Palmela e sua população, através da concessão de bens, com o objetivo de suprir necessidades materiais imediatas de famílias em situação de vulnerabilidade sócio económica, através da recolha e disponibilização de bens usados ou novos, doados por particulares, empresas, ou outras entidades.

Os utentes das Lojas Sociais podem ser sinalizados pelos parceiros da Rede Social tais como: Segurança Social, Câmara Municipal de Palmela, Juntas de Freguesia, nomeadamente freguesia de Pinhal Novo e União de freguesias poceirão e Marateca, Agrupamento de Centros de Saúde de Palmela, Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, Escola Secundária de Pinhal Novo, Agrupamento de Escolas José Saramago, outras Instituições e Estruturas Associativas ou por candidatura espontânea, na sequência da divulgação por parte da equipa CAFAP, que acompanha esta resposta social.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

6. Cantina Social

A Cantina Social surgiu no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, promovido pelo Instituto de Segurança Social, I.P. Foi decidido implementar uma Rede Solidária de Cantinas Sociais através de protocolos assinados com entidades consideradas representativas do sector solidário.

Este programa teve o propósito e a preocupação de atuar nas situações mais vulneráveis em termos de carência alimentar, através de uma lógica de proximidade e maximização dos recursos já existentes.

No concelho de Palmela, a Fundação COI foi a primeira entidade selecionada para participar nesta iniciativa, tendo assinado protocolo com o Instituto de Segurança Social em 18 de Abril de 2012.

Este protocolo permitiu à Fundação distribuir até um máximo de 100 refeições diárias, entre janeiro e setembro, tendo vindo a diminuir nos meses de outubro, novembro e dezembro ficando assim com 62 refeições diárias para consumo no domicílio.

Os critérios para aceder a este apoio alimentar foram estabelecidos pelo Instituto de segurança Social e estão vertidos no Regulamento da Cantina Social, que é acessível e disponibilizado a todos os candidatos e utilizadores.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

7. Acolhimento de Refugiados

7.1. Plataforma de Apoio a Refugiados (PAR)

A Fundação COI, Instituição Anfitriã da Plataforma de Apoio aos Refugiados, no seguimento do protocolo estabelecido em 2016, recebeu no decorrer do ano de 2017, três famílias Sírias oriundas dos campos de refugiados da Grécia, através do Programa de Recolocação de Refugiados na União Europeia.

Todas as famílias acolhidas no âmbito do projecto da PAR inclusive as famílias já acolhidas no ano de 2016, abandonaram as habitações sem que houvesse qualquer indício de que o pretendiam fazer. O tempo máximo de permanência das famílias ficou estabelecido nos dezasseis meses e o tempo mínimo de permanência nos três dias.

Foram acolhidos no âmbito do projecto da Plataforma de Apoio aos Refugiados 6 famílias, num total de 27 indivíduos (13 adultos e 14 crianças).

Após avaliação da execução do projecto a Administração da Fundação COI decidiu pelo encerramento do projecto em agosto de 2017, tendo cessado o protocolo estabelecido com a Plataforma de Apoio aos Refugiados.

7.2. Menores Não Acompanhados

Em 2017, a Fundação COI acolheu um grupo de menores não acompanhados retirados dos abrigos e campos de refugiados da Grécia. Esta iniciativa foi pioneira a nível nacional e europeu, visto que foi realizada ao abrigo de um Protocolo Tripartido entre instituições da sociedade civil, existindo porém acompanhamento por parte do Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, de forma que a entrada em Território Nacional deu-se de forma organizada e ao abrigo das disposições europeias.

O referido Protocolo Tripartido foi estabelecido entre a Fundação COI, a METAdrasi (Organização Não-Governamental grega) e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) no dia 23/03/2017, e teve por objetivo enquadrar o acolhimento de um grupo de cinco jovens migrantes, de origem afegã. Quatro jovens do grupo eram menores à data do acolhimento, com idades estimadas (visto serem jovens indocumentados) compreendidas entre os 12 e os 17 anos. O quinto elemento do grupo havia atingido a maioridade alguns dias antes do acolhimento.

A cessação do acolhimento dos jovens afegãos ocorreu entre os 27/10/2017 e 08/11/2017. Considerou-se que a generalidade dos objetivos propostos pela Fundação COI foi atingida.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

8. Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 3ª Geração (CLDS-3G Palmela)

Os Contratos Locais de Desenvolvimento Social são um instrumento de política pública que visa uma intervenção de proximidade e promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação.

O Projeto CLDS-3G Palmela (Ganhar competências, Gerar oportunidades, Garantir emprego) é um projeto de âmbito concelhio, que terá a duração de três anos - 2016/2019. Este resulta de um consórcio de três entidades: Fundação COI (entidade coordenadora/ executora), ADREPES (entidade executora) e Centro Social da Quinta do Anjo (entidade executora).

O plano de ação desta operação, que foi construído com base em dois instrumentos de planeamento concelhios da Rede Social (Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social), divide-se em 19 atividades pertencentes a três eixos de intervenção: Eixo 1 - Emprego, formação e qualificação; Eixo 2 - Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; e Eixo 3. Capacitação da comunidade e das instituições.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

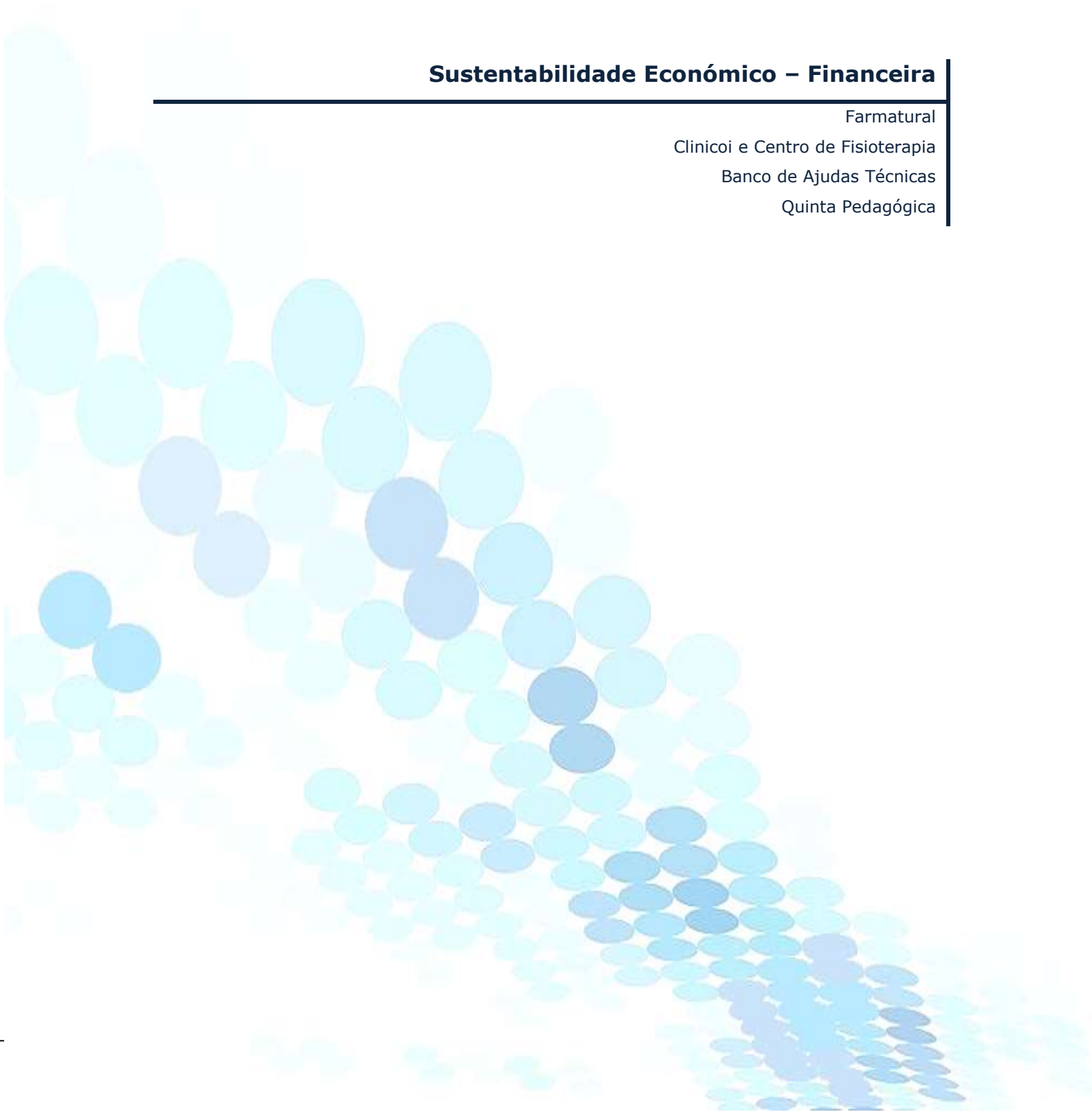
Sustentabilidade Económico – Financeira

Farmatural

Clinicoi e Centro de Fisioterapia

Banco de Ajudas Técnicas

Quinta Pedagógica



1. Farmatural

A Farmatural é um espaço de saúde e bem-estar que integra uma das estratégias de autofinanciamento da Fundação COI. Ao conjunto dos estabelecimentos de sustentabilidade económico-financeira na área da Saúde fazem parte o Centro de Fisioterapia e a Clínicoi. Ainda dentro da área de sustentabilidade da Fundação COI juntam-se o Banco de Ajudas Técnicas e a Quinta Pedagógica “Casa Caramela”.

A finalidade do valor das receitas da Farmatural provenientes da venda de Medicamentos não Sujeitos a Receita Médica (MNSRM), Produtos de Saúde, Puericultura e Dermocosmética, é a manutenção e sustentabilidade de todas as ações de cariz social da fundação.

A Farmatural pretende manter uma oferta variada de produtos, equipamentos e cuidados de saúde, tanto para os colaboradores e utentes que fazem parte da fundação, como para o público em geral.

Temos como objectivo ser um espaço de saúde de referência tanto pelos seus produtos de qualidade como pelo seu atendimento de excelência que só se consegue com a ajuda de profissionais de saúde qualificados, responsáveis e competentes.

Para além dos produtos e serviços de saúde atuais, a Farmatural inaugurou recentemente, o Gabinete de Estética, onde os utentes podem usufruir de serviços complementares como manicure, pedicure, depilações, reflexologia podal, massagens de relaxamento e tratamentos de rosto.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

2. Clínicoi e Centro de Fisioterapia

A Clínicoi é uma unidade de saúde que pretende complementar as respostas de intervenção social e comunitária da Fundação COI, criando um serviço especializado na área da saúde, que simultaneamente apoia as respostas sociais da instituição e cria mais um recurso disponível à comunidade.

Na Clínicoi funcionam várias especialidades médicas, enfermagem, terapias, e serviços ao domicílio que são realizados mediante marcação prévia. A Clínicoi dispõe ainda de análises clínicas e diversos exames auxiliares de diagnóstico. O Centro de Fisioterapia presta um serviço personalizado e de qualidade superior na reabilitação física do indivíduo, através de tratamentos de fisioterapia devidamente prescritos por médico fisiatra. Esta unidade tem diversos equipamentos tecnologicamente avançados, ginásio cardiofitness, tanque de marcha que conjugados com uma equipa especializada de profissionais presta um serviço de referência na área da medicina física de reabilitação.

De forma a alargar ainda mais a sua oferta e alcançar um leque mais variado de clientes, a Clínicoi / Centro de Fisioterapia continuam a celebrar protocolos/acordos/parcerias com diversas entidades e a alargar as especialidades disponíveis.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

3. Banco de Ajudas Técnicas

Numa perspectiva de complementaridade às respostas de intervenção social e comunitária da Fundação COI, nomeadamente nas áreas de apoio à população idosa e cidadãos portadores de deficiência, surgiu a necessidade de criar um serviço especializado na área das ajudas técnicas, criando mais um recurso disponível à comunidade.

O Banco de Ajudas Técnicas é uma resposta social inovadora, adequada, específica e facilitadora da vida diária das pessoas idosas e suas famílias.

Esta resposta visa através de empréstimo de equipamento, apoiar as pessoas idosas residentes na Freguesia de Pinhal Novo em particular e do Concelho de Palmela em geral, com uma situação de saúde que imponha a utilização de ajudas técnicas, minorando as suas dificuldades de mobilidade e facultando uma melhoria de cuidados na dependência, face a terceiros. Assim, o Banco de Ajudas Técnicas poderá contribuir para uma maior autonomia e consequente aumento da autoestima.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>

4. Quinta Pedagógica

Dando cumprimento à sua vocação primeira – a educação – a Fundação detém um espaço educativo inovador, ao ar livre, no qual se desenvolvem estratégias de sensibilização para a preservação dos valores culturais, patrimoniais e ambientais da região onde se insere.

Este espaço conta ainda com o Núcleo Museológico da “Casa Caramela”, classificado assim pela Autarquia, e que conta ainda com todas as estruturas de apoio à vida rural, características dos séculos passados, tais como capoeiras, pocilgas, estrebaria, estábulo, casa do cão, lagar, forno de pão, poço e eira.

Ao longo do ano de 2017 deu-se continuidade aos projetos relacionados com o moderno conceito de eco-educação, bem como, o apoio às atividades lúdicas, culturais e recreativas desenvolvidas.

Foram realizadas visitas de estudo das escolas do Ensino Básico do Concelho, ao abrigo do protocolo com a Autarquia local e realizados eventos no espaço multiusos da Quinta Pedagógica.

O Relatório de Atividades correspondente poderá ser consultado em <https://www.fundacao-coi.pt/institucional/instrumentos-de-gestao>



Parte II - Balanço Social

Funcionamento

Recursos Humanos

Clientes

Funcionamento

Resultados de Desempenho – Benchmarking Interno

Avaliação de Fornecedores (Produtos, Serviços e Subcontratados)

Avaliação de Parcerias (Protocolos Estabelecidos)

Avaliação de Desempenho de Colaboradores

Avaliação de Satisfação (Clientes, Parceiros, Colaboradores)

Contagem de Correspondência

Valores em Comunicações

Movimento de Viaturas

Refeições Servidas

Saúde e Segurança no Trabalho



Funcionamento

1.1. Resultados de Desempenho – Benchmarking Interno

	Objetivos Operacionais	Indicadores	2017
Creche (sede)	• Garantir o cumprimento dos planos individuais	• % de cumprimento do PI (quadrimestral)	100%
	• Garantir o cumprimento do plano de atividades	• % de cumprimentos do plano de atividades (mensal)	100%
Creche (vila bela)	• Garantir o cumprimento dos planos individuais	• % de cumprimento do PI (quadrimestral)	100%
	• Garantir o cumprimento do plano de atividades	• % de cumprimentos do plano de atividades (mensal)	100%
Pré-Escolar	• Garantir o cumprimento dos planos individuais	• % de cumprimento do PI (quadrimestral)	100%
	• Garantir o cumprimento do plano de atividades	• % de cumprimentos do plano de atividades (mensal)	103%
CATL	• Garantir o cumprimento do plano de atividades	• % de cumprimentos do plano de atividades (mensal)	100%
1.º Ciclo	• Garantir a aquisição dos conteúdos programáticos	• % de conteúdos programáticos atingidos como bom	64%
	• Garantir o sucesso escolar	• % de sucesso escolar	100%
	• Garantir o cumprimento do plano de atividades	• % de cumprimentos do plano de atividades (trimestral)	100%
	• Garantir o cumprimento do plano anual curricular	• % de cumprimento do plano anual curricular	100%
CAT I	• Cumprir as atividades definidas no plano sócio educativo individual (PSEI).	• % de cumprimento do PSEI (semestral)	95%
	• Garantir a participação das crianças e jovens nos programas e atividades da resposta social.	• % de cumprimento do plano de atividade (mensal)	100%
CAT II	• Cumprir as atividades definidas no plano sócio educativo individual (PSEI).	• % de cumprimento do PSEI (semestral)	92%
	• Garantir a participação das crianças e jovens nos programas e atividades da resposta social.	• % de cumprimento do plano de atividade (mensal)	100%
LJ	• Cumprir as atividades definidas no plano sócio educativo individual (PSEI).	• % de cumprimento do PSEI (semestral)	98%
	• Garantir a participação das crianças e jovens nos programas e atividades da resposta social.	• % de cumprimento do plano de atividade (mensal)	100%
Lar Residencial	• Cumprir as atividades definidas no plano individual (PI).	• % de cumprimento do PI (semestral)	100%
	• Garantir o cumprimento do plano de atividades.	• % de cumprimentos do plano de atividades (mensal)	100%
R. Autônoma	• Cumprir as atividades definidas no plano individual (PI).	• % de cumprimento do PI (semestral)	100%
	• Garantir o cumprimento do plano de atividades.	• % de cumprimentos do plano de atividades (mensal)	100%
CAO	• Cumprir as atividades definidas no projeto de desenvolvimento individual (PDI).	• % de cumprimento do PDI (semestral)	100%
	• Garantir o cumprimento do plano de atividades.	• % de cumprimentos do plano de atividades (mensal)	100%
ERPI	• Cumprir as atividades definidas no plano individual (PI).	• % de cumprimento do PI (trimestral)	96%
	• Garantir o cumprimento do plano de atividades.	• % de cumprimentos do plano de atividades (mensal)	100%
SAD	• Cumprir as atividades definidas no plano desenvolvimento individual (PDI).	• % de cumprimento do PDI (semestral)	98%
CAFAP	• Garantir o cumprimento do plano de atividades	• % de cumprimentos do plano de atividades do plano semanal	103%
	• Garantir o cumprimento do plano de intervenção com o envolvimento da família	• Problemáticas Identificadas no Plano de Intervenção Familiar	76%
Ac. Psicológico	• Prazo entre o pedido para o acompanhamento e a emissão de resposta	• data de pedido de acompanhamento/data de emissão de resposta	0
	• Assegurar a divulgação deste recurso	• nº de ações de divulgação	2
	• Avaliar a qualidade do serviço prestado	• nº de clientes que avalia positivamente o aconselhamento psicológico (satisfeito e totalmente satisfeito) / nº total de clientes	100%

1.1.12. Serviços/Setores de Apoio

Serviços / Setores	Objetivos Operacionais	Indicadores	2017
Transportes	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o preenchimento do impresso de requisições, sempre que estas sejam requisitadas (exceto viaturas afetas à administração) 	<ul style="list-style-type: none"> % de fichas de verificação do estado da viatura preenchidas, em função do número de requisições. 	100%
Lavandaria	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o correto e atempado tratamento das roupas 	<ul style="list-style-type: none"> % de entregas corretas ou em falta) 	98%
		<ul style="list-style-type: none"> % de cumprimento do prazo previsto de entrega 	99%
Compras	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a gestão eficaz das compras e subcontratações efetuadas 	<ul style="list-style-type: none"> Desempenho dos fornecedores de produtos 	100%
	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar os fornecedores (produtos, serviços e subcontratados) 	<ul style="list-style-type: none"> Desempenho dos fornecedores de serviços 	100%
		<ul style="list-style-type: none"> Desempenho de subcontratados 	98%
Centro de Recursos Educativos	<ul style="list-style-type: none"> Gerir os recursos disponíveis na mediateca / biblioteca 	<ul style="list-style-type: none"> % cumprimento do plano aquisições 	126%
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a imagem da Fundação COI através de atividades de marketing e publicidade 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de requisições (livros e equipamento audiovisual) (Período homologado) 	181%
Gestão do Património e HST	<ul style="list-style-type: none"> Garantir uma eficaz gestão e manutenção do imobilizado e património da Fundação COI 	<ul style="list-style-type: none"> % cumprimento do plano de manutenção de edifícios e equipamentos (Manutenção preventiva) 	111%
		<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do Plano de Manutenção de frota (Manutenção preventiva) <ul style="list-style-type: none"> % de cumprimento das intervenções programadas - Seguro Obrigatório 	100%
		<ul style="list-style-type: none"> % de cumprimento das intervenções programadas - Inspeções legais 	100%
		<ul style="list-style-type: none"> % de cumprimento das intervenções programadas - Revisões dos Veículos 	100%
		<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do Plano de Manutenção de frota (Manutenção Corretiva) 	92%
	<ul style="list-style-type: none"> Consumos Energéticos 	<ul style="list-style-type: none"> % de Consumos de Electricidade 	304%
		<ul style="list-style-type: none"> % de Consumo de Gás 	192%
		<ul style="list-style-type: none"> % de Consumos de Água 	175%
Gabinete de Apoio Geral	<ul style="list-style-type: none"> Cumprir os prazos estabelecidos para pagamentos a fornecedores 	<ul style="list-style-type: none"> % de cumprimento dos prazos estabelecidos para pagamento a fornecedores 	100%
	<ul style="list-style-type: none"> Cumprir os prazos estabelecidos para o fecho do mês (contabilidade) 	<ul style="list-style-type: none"> % de cumprimento dos prazos estabelecidos para fecho do mês (contabilidade) 	18
Gabinete Social e de Psicologia	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a eficaz emissão de resposta aos pedidos de acolhimento rececionados pela Fundação COI 	<ul style="list-style-type: none"> Prazo entre o pedido de acolhimento e emissão de resposta (exclui-se acolhimentos de emergência) 	Conforme
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a atualização e a disponibilização da informação relativa à entrada e saída dos clientes das diversas respostas sociais às partes interessadas (Fundação COI e Segurança Social) 	<ul style="list-style-type: none"> Entrega do mapa de desinstitucionalização, corretamente preenchido, até ao 3º dia útil do mês 	Conforme
		<ul style="list-style-type: none"> Entrega das listas de clientes das respostas sociais, corretamente preenchido, até ao 3º dia útil do mês 	Conforme
		<ul style="list-style-type: none"> % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de Residência de Idosos 	99%
		<ul style="list-style-type: none"> % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de SAD 	99%
		<ul style="list-style-type: none"> % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de Lar Residencial 	100%
		<ul style="list-style-type: none"> % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de Residência Autónoma 	100%
		<ul style="list-style-type: none"> % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de CAO 	100%
		<ul style="list-style-type: none"> % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de creche 	86%
		<ul style="list-style-type: none"> % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de Pré-Escolar 	83%
		<ul style="list-style-type: none"> % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de 1º ciclo 	61%
		<ul style="list-style-type: none"> % de ocupação média do número de vagas protocoladas na resposta social de CATL 	99%
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a inscrição e renovação de matrícula nas diferentes respostas sociais 	<ul style="list-style-type: none"> Número de renovações de matrícula na resposta social de Creche (até 31 dezembro) 	69%
		<ul style="list-style-type: none"> Número de renovações de matrícula na resposta social de Pré-Escolar (até 31 dezembro) 	83%
		<ul style="list-style-type: none"> Número de renovações de matrícula na resposta social de CATL (até 31 dezembro) 	83%

1.1.13. Setores de Sustentabilidade Económico-financeira

Serviços / Setores	Objetivos Operacionais	Indicadores	2017
Quinta Pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> Promover a eco educação junto da população 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de eventos realizados por ano 	8
	<ul style="list-style-type: none"> Promover e dinamizar atividades lúdicas e recreativas 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de visitas de estudo realizadas por ano 	20
Clinicoi	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o número de marcações efetuadas 	<ul style="list-style-type: none"> % de variação por período homólogo do nº de marcações efetuadas 	43%
		<ul style="list-style-type: none"> % de variação do total de marcações anual (acumulado mensal do ano) 	33%
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o número de novos clientes 	<ul style="list-style-type: none"> % de novos clientes atendidos por ano 	16%
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a fidelização dos seus clientes 	<ul style="list-style-type: none"> % de fidelização de clientes por ano 	32%
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a divulgação deste recurso 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de ações de divulgação por ano 	218
Farmatural	<ul style="list-style-type: none"> Comercializar medicamentos não sujeitos a receita médica, equipamentos e material de acordo com os requisitos legais aplicáveis e necessidades dos clientes 	<ul style="list-style-type: none"> % de cumprimento do objetivo de vendas anual 	103%
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir uma eficaz gestão de stock 	<ul style="list-style-type: none"> % de Produtos enviados para abate (unidades) 	0%
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a divulgação deste espaço 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de ações de divulgação por ano 	50
Banco de Ajudas Técnicas	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a existência e disponibilidade de equipamento para responder às solicitações dos clientes e rede social 	<ul style="list-style-type: none"> Prazo entre o pedido de aluguer e a emissão de resposta 	0
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a dinamização e divulgação do serviço do Banco de Ajudas Técnicas 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de campanhas de divulgação 	55

1.2. Avaliação de Fornecedores (Produtos, Serviços e Subcontratados)

Foram avaliados os nossos fornecedores (produtos, serviços e subcontratados) de acordo com os critérios definidos, tendo os melhores classificados sido informados da sua avaliação referente ao ano de 20176.

Os melhores classificados encontram-se no quadro que se segue:

Descrição	2017
Produtos	✓ Centro Ortopédico do Sul. Lda
	✓ Cooperativa Agrícola União Novense
	✓ Mercafar, SA
Serviços	✓ Disporsado
	✓ Valente, Santos e Botas, Lda
	✓ Laboratório Valclinic
Subcontratados	✓ Centro Audiológico de Setúbal
	✓ Joaquim Chaves Saúde

1.3. Avaliação de Parcerias (Protocolos Estabelecidos)

No sentido da melhoria de toda a envolvimento da Fundação, decidiu-se continuar a realizar a avaliação das parcerias estabelecidas, com o intuito de verificar a sua pertinência futura.

As parcerias estabelecidas desenvolvem-se em grandes áreas de atuação: a educação, desporto, saúde, rede social e comunidade, e pretendem acima de tudo complementar o trabalho desenvolvido, sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos serviços.

Parceria	Participação / Cumprimento dos objetivos da parceria	Avaliação	
		Continuar	Cancelar
Escola Secundária de Palmela	✓ 2 Estágio Curricular – Curso de Auxiliar de Saúde	✓	
Instituto Superior de Educação – Instituto Politécnico de Castelo Branco	✓ 1 Estágio - Serviço Social	✓	
Escola Secundária do Pinhal Novo	✓ Protocolo mantém-se ativo no entanto no ano de 2017 não houve pedido de integração de estagiários	✓	
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa	✓ 1 Estágio Curricular - Serviço Social	✓	
Escola Superior de Educação de Setúbal – Instituto Politécnico de Setúbal	✓ 1 Estágio – Curso Técnico Profissional de Serviço Familiar e Comunitário ✓ 1 Estágio – Curso de Animação e Intervenção Sociocultural	✓	
Escola Profissional de Setúbal	✓ 1 Estágio – Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	✓	
Escola Profissional Cristóvão Colombo	✓ 1 Estágio – Técnico de Apoio à Infância	✓	
School House	✓ 2 Estágio – Curso Auxiliar de Fisioterapia	✓	
Centro de Formação EFuturo	✓ 1 Estágio – Curso Técnico Auxiliar de Geriatria	✓	
Universidade Lusíada	✓ 1 Estágio – Serviço Social	✓	
ERISA – Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches	✓ Protocolo mantém-se ativo no entanto no ano de 2017 não houve pedido de integração de estagiários	✓	
ISCE – Instituto Superior de Ciências Educativas	✓ Protocolo estabelecido no presente ano no entanto não houve nenhum estágio.	✓	
Instituto Piaget de Almada	✓ Protocolo mantém-se ativo no entanto no ano de 2017 não houve pedido de integração de estagiários	✓	
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	✓ Protocolo mantém-se ativo no entanto no ano de 2017 não houve pedido de integração de estagiários	✓	
COFAC - Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C.R.L. (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias)	✓ Protocolo mantém-se ativo no entanto no ano de 2017 não houve pedido de integração de estagiários	✓	
IEFP - Setúbal	✓ Integração de Contratos Emprego-Inserção; ✓ Integração de Estágios-Emprego; ✓ Conção e implementação de programas de formação profissional; ✓ Formação para trabalhadores internos da Fundação.	✓	
Empresa Municipal de Desporto	✓ Prática da natação na Piscina Municipal	✓	
Câmara Municipal de Palmela	✓ Participação nos projetos pedagógicos específicos de cada sala; ✓ Protocolo de apoio ao funcionamento da Quinta Pedagógica; ✓ Celebração de Contrato Comodato para a utilização do Centro de Respostas Comunitárias do Poceirão para atendimento a beneficiários de RSI, assim como para o funcionamento da Loja Social ✓ Outras não especificadas e pontuais, em especial com a sua Divisão de Intervenção Social.	✓	
Junta de Freguesia de Pinhal Novo	✓ Participação nos projetos pedagógicos específicos de cada sala; ✓ Representação como elemento efetivo na Comissão Social de Freguesia; ✓ Participação em comemorações de efemérides promovidas pela Junta de Freguesia; ✓ Eventos de cidadania; ✓ Outras não especificadas e pontuais.	✓	
Junta da União de Freguesia de Poceirão e Marateca	✓ Representação como elemento efetivo na Comissão Social de Freguesia; ✓ Cedência de espaço para os atendimentos aos beneficiários de RSI da Marateca e Cajados; ✓ Outras não especificadas e pontuais.	✓	
Conselho Local de Ação Social de Palmela/ Rede Social	✓ Membro do Núcleo Restrito; ✓ Membro do Conselho Alargado; ✓ Parceria nas atividades propostas em Plano de Ação.	✓	
Conselho Local de Ação Social do Montijo/ Rede Social	✓ Membro do Núcleo Restrito; ✓ Membro do Conselho Alargado; ✓ Parceria nas atividades propostas em Plano de Ação.	✓	
Núcleo Local de Inserção de Palmela	✓ Membro do Núcleo Local de Inserção; ✓ Protocolo para o acompanhamento a beneficiários do Rendimento Social de Inserção, nas freguesias de Pinhal Novo e Poceirão.	✓	
DGRS – Direção Geral de Reinserção Social	✓ Integração de Programas de trabalho comunitário e inserção social.	✓	

Parceria	Participação / Cumprimento dos objetivos da parceria	Avaliação	
		Continuar	Cancelar
GNR (Guarda Nacional Republicana)	✓ Não especificadas e pontuais, em especial para as respostas sociais de acolhimento.	✓	
Som do Pinhal Rádio – Popular FM	✓ Publicidade Institucional; ✓ Programa Semanal da responsabilidade do CAFAP; ✓ Não especificadas e pontuais.	✓	
Associação Juvenil do Centro de Ocupação Infantil	✓ Entidade fundadora daquele organismo; ✓ Proprietária das instalações; ✓ Protocolo de cedência de instalações; ✓ Colaboração da AJ/COI em atividades específicas da Fundação a definir; ✓ Financiadora das despesas gerais de funcionamento (água, luz e condomínio).	✓	
Escolas Públicas e Privadas do 1º, 2º, e 3º Ciclos do Ensino Básico, Escola Secundária de Pinhal Novo e Centro Formação da Escola Sec. de Pinhal Novo	✓ Cooperação entre entidades nos projetos educativos dos jovens institucionalizados; ✓ Desenvolvimento de projetos pedagógicos; ✓ Formação contínua de técnicos; ✓ Integração de Estágios em contexto de Trabalho; ✓ Relações técnicas de articulação nos projetos educativos de jovens institucionalizados.	✓	
Centro de Saúde/Autoridade de Saúde; Centro Hospitalar de Setúbal; Unidade de Saúde Familiar de Santiago	✓ Parceria nos Centros de Acolhimento; ✓ Parceria no Lar de Crianças e Jovens; ✓ Parceria nas Residências de Idosos; ✓ Parcerias no Lar Residencial e Residência Autónoma; ✓ Formação específica para técnicos da Fundação; ✓ Outras não especificadas e pontuais.	✓	
Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo	✓ Apoio a sinistrados; ✓ Outras não especificadas de intercâmbio e pontuais, em especial relacionadas com segurança.	✓	
Clube Desportivo Pinhalnovense	✓ Apoio ao desenvolvimento de projetos pedagógicos; ✓ Outras não especificadas e pontuais.	✓	
Associação Reformados Pensionistas e Idosos	✓ Apoio ao desenvolvimento de projetos pedagógicos conjuntos; ✓ Atividades concelhias para pessoas idosas; ✓ Outras não especificadas e pontuais.	✓	
Associação das Festas Populares de Pinhal Novo	✓ Participação nas Festas Populares do Pinhal Novo através da instalação de um Stand, no qual é divulgada a intervenção da Fundação; ✓ Desenvolvimento de atividades infantis conjuntas, constantes no Programa das Festas.	✓	
Outras IPSS	✓ Do concelho em ações específicas não identificadas; ✓ Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS; ✓ União Distrital das IPSS – UDIPSS; ✓ União Concelhia das IPSS – UIPSSCP.	✓	
Internacionais	✓ ESAN – European Social Action Network – membro efetivo;	✓	
Particulares / Informais	✓ Áreas de Portugal – Restauração e Distribuição, S.A.; ✓ Banco Português de Investimento; ✓ Caixa de Crédito Agrícola – Agência Pinhal Novo; ✓ Caixa Geral de Depósitos; ✓ Fundação Calouste Gulbenkian; ✓ Fundação CEBI; ✓ Lidl & Cia; ✓ McDonald's ✓ Novo Banco; ✓ Sociedade Filarmónica União Agrícola (SFUA); ✓ Outras Entidades, quer públicas quer privadas, cuja cooperação se manifeste necessária; ✓ Outros Mecenases.	✓	

1.4. Avaliação de Satisfação efetuada a Clientes e Parceiros, relativamente aos serviços prestados pela Fundação COI

1.4.1. Clientes

Resposta Social / Serviço		2017
Área da Infância e Juventude	Creche - Sede	86%
	Creche - Vila Bela	93%
	Pré-Escolar	89%
	Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL)	99%
	Ensino Básico - 1º Ciclo	95%
	Subtotal	92%
Área de Acolhimento	Centro de Acolhimento Temporário I (CAT I)	98%
	Centro de Acolhimento Temporário II (CAT II)	95%
	Lar de Crianças e Jovens	99%
	Casa Abrigo Dolores (CAD)	89%
	Subtotal	95%
Área para Portadores de Deficiência (Centro Integrado de Apoio à Deficiência)	Lar Residencial (LR)	98%
	Residência Autónoma (RA)	94%
	Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)	97%
	Subtotal	96%
Área de Idosos	Residência de Idosos (RI)	97%
	Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	97%
	Subtotal	97%
Gabinete de Apoio à Comunidade – Inserção Social	Gabinete de Aconselhamento Psicológico	100%
	CAFAP	93%
	Cantina Social	84%
	Loja Social	83%
	Subtotal	90%
Área de Sustentabilidade Económico-financeira	Farmatural	98%
	Clinico e Centro de Fisioterapia	94%
	Banco de Ajudas Técnicas	99%
	Quinta Pedagógica "Casa Caramela"	94%
	Subtotal	96%
Total		94%

1.4.2. Parceiros

Avaliação da Satisfação dos Parceiros	2017
Resultados da Avaliação	91%

1.5. Movimento de Viaturas

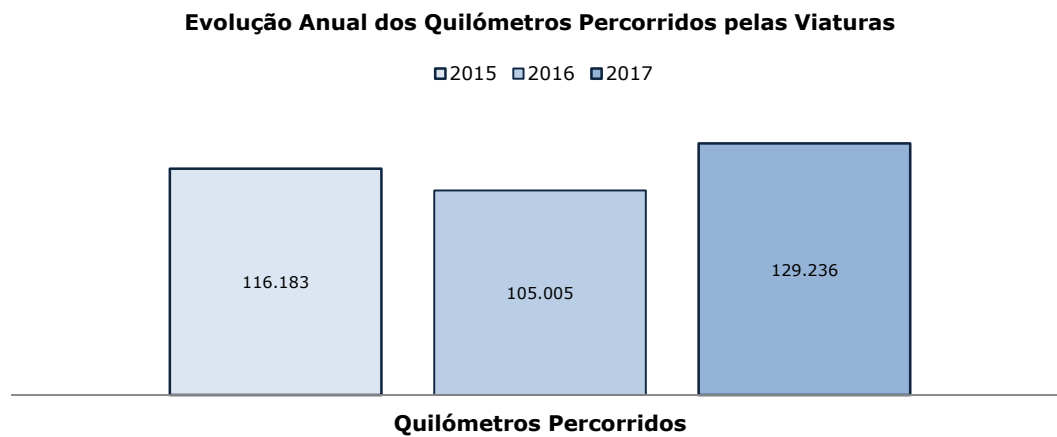


Gráfico 1 – Evolução Anual dos Quilómetros Percorridos pelas Viaturas

1.9. Refeições Servidas

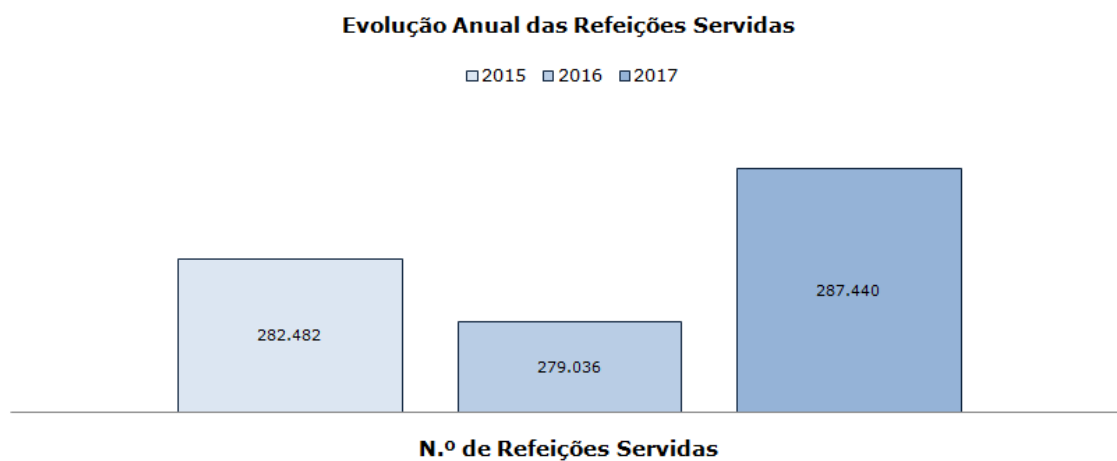


Gráfico 2 – Evolução Anual das Refeições Servidas

1.10. Saúde e Segurança no Trabalho

1.10.1. Saúde no Trabalho

Evolução Anual dos Exames Realizados - Medicina do Trabalho

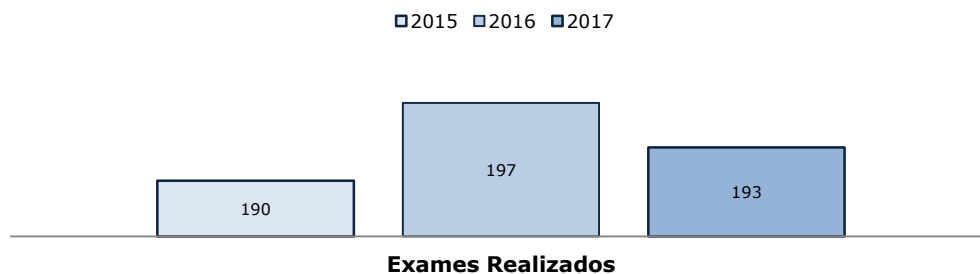


Gráfico 3 – Evolução Anual dos Exames Realizados – Medicina do Trabalho

Evolução Anual dos Exames Realizados por Tipo

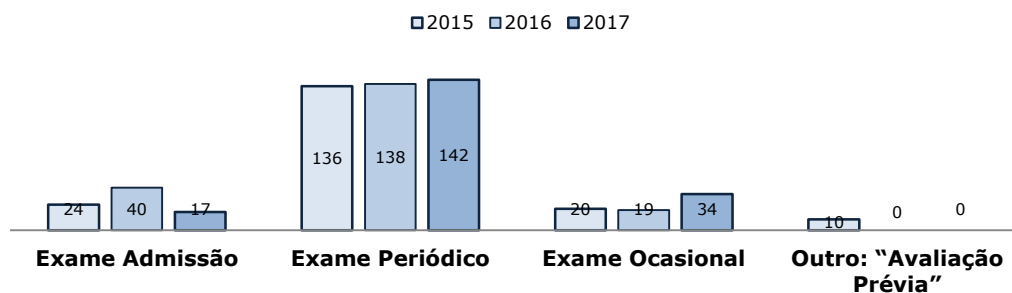


Gráfico 4 – Evolução Anual dos Exames Realizados por Tipo

Vacinação de Clientes por Resposta Social e Colaboradores

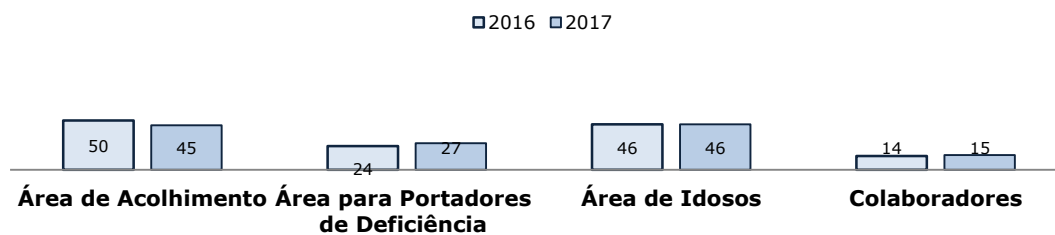


Gráfico 5 – Vacinação de Clientes por Resposta Social e Colaboradores

1.10.2. Segurança no Trabalho

Datas das Avaliações	Medidas Tomadas
19-04-2017	Avaliação das Condições de Trabalho

Recursos Humanos

Pessoal ao Serviço por Tipo de Contrato, Escalão Etário e Género

Pessoal por Categoria Profissional

Movimentação de Pessoal por Categoria Profissional

Programa de Estágios Profissionais

Projetos Contrato Emprego-Inserção (CEI) e Contrato Emprego-Inserção + (CEI+)

Voluntariado

Dias de Ausência ao Trabalho por Tipo de Falta

Ações de Formação

Remunerações de Pessoal do Quadro por Resposta e Clientes Abrangidos



Recursos Humanos

1.1. Pessoal ao Serviço por Tipo de Contrato, Escalão Etário e Género

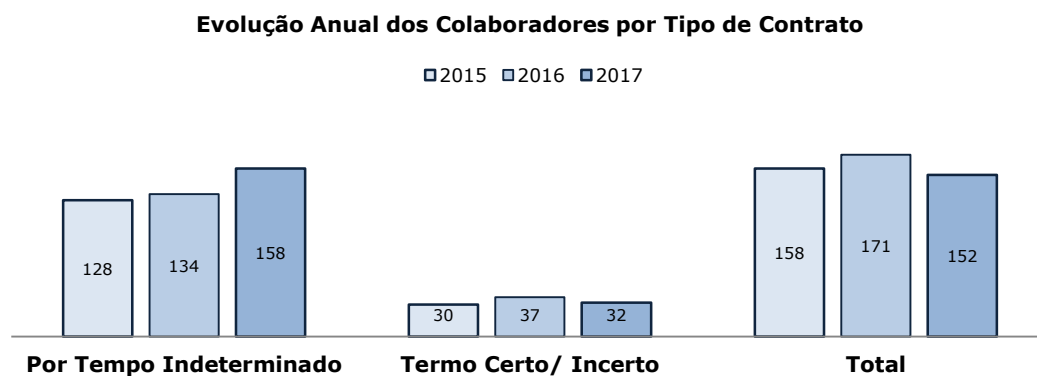


Gráfico 6 – Evolução Anual dos Colaboradores por Tipo de Contrato

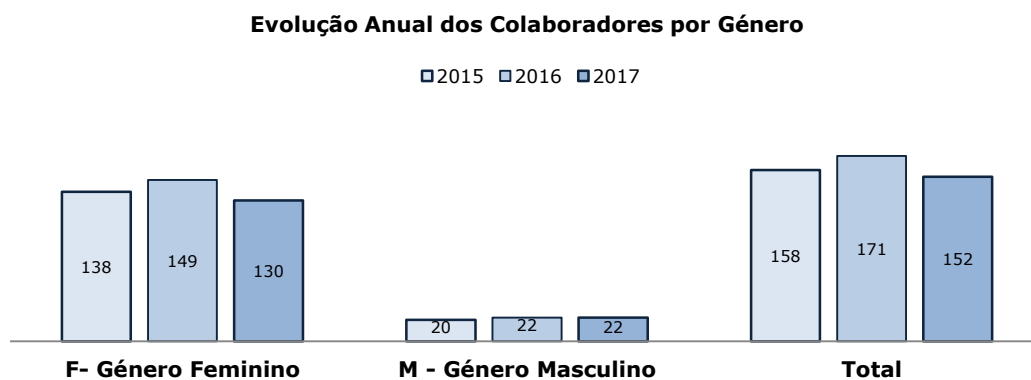


Gráfico 7 – Evolução Anual dos Colaboradores por Género

1.2. Movimentação de Pessoal por Categoria Profissional

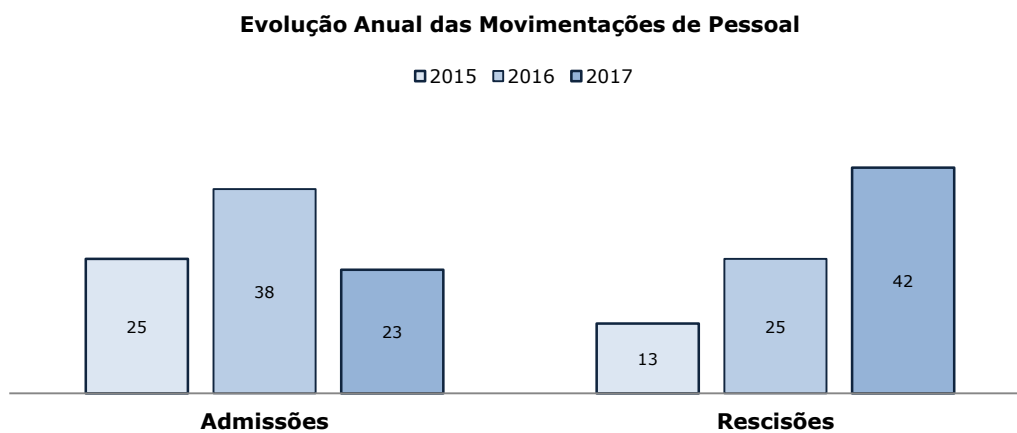


Gráfico 8 – Evolução Anual das Movimentações de Pessoal

1.3. Áreas Profissionais desenvolvidas através de Contrato de Prestação de Serviços

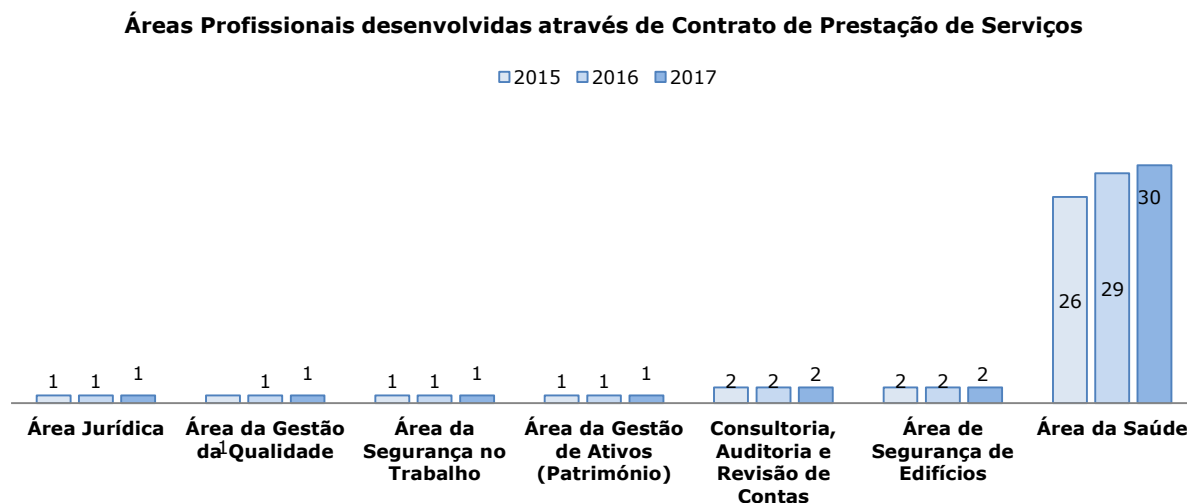


Gráfico 9 – Áreas Profissionais Contrato de Prestação de Serviços

1.4. Programas de Estágio Profissional/Emprego

Evolução Anual dos Programas de Estágio Profissional/Emprego

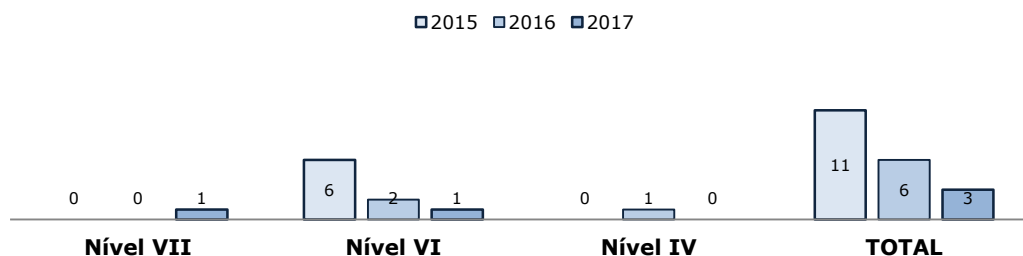


Gráfico 10 – Evolução Anual dos Programas de Estágio Profissional/Emprego

1.5. Projetos Contrato Emprego-Inserção (CEI) e Contrato Emprego-Inserção + (CEI+)

Evolução Anual dos Programas de Contrato Emprego-Inserção

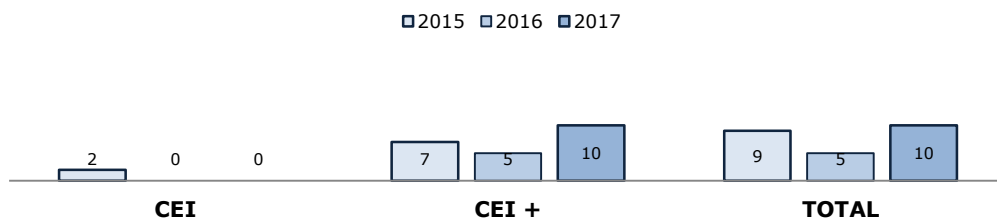


Gráfico 11 – Evolução Anual dos Programas de Contrato Emprego-Inserção

1.6. Voluntariado

Evolução Anual dos Voluntários

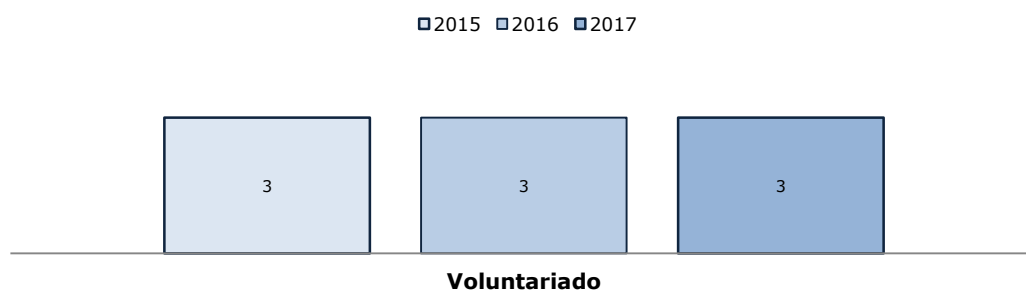


Gráfico 12 – Evolução Anual dos Voluntários

1.7. Dias de Ausência ao Trabalho por Tipo de Falta

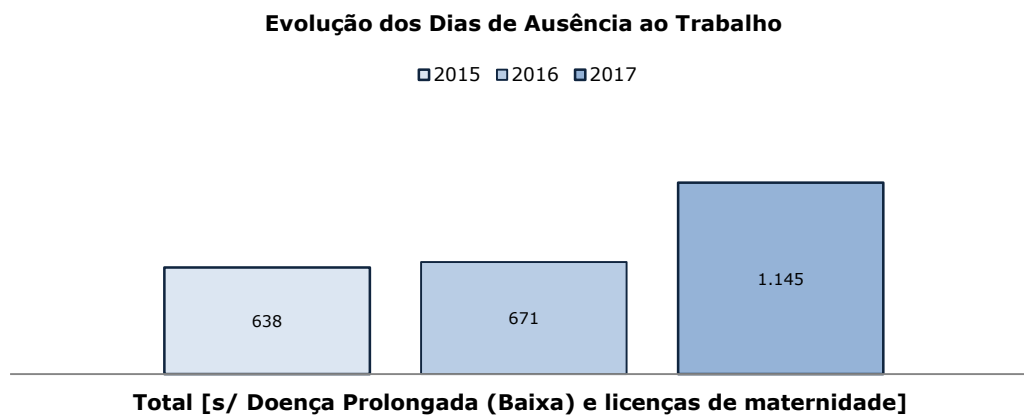


Gráfico 13 – Evolução dos Dias de Ausência ao Trabalho

1.7.1 Taxa de Absentismo

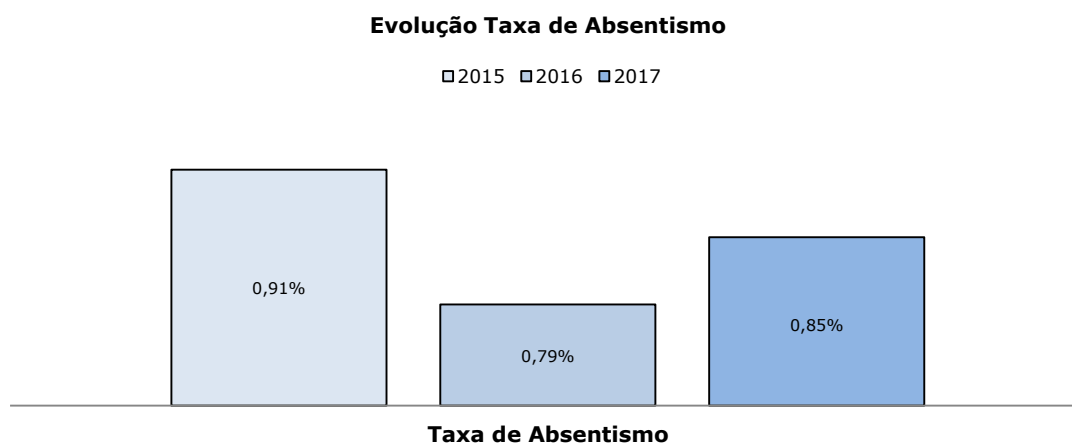


Gráfico 14 – Evolução da Taxa de Absentismo

1.8. Ações de Formação

1.8.1. Horas de Formação por Tipo de Formação

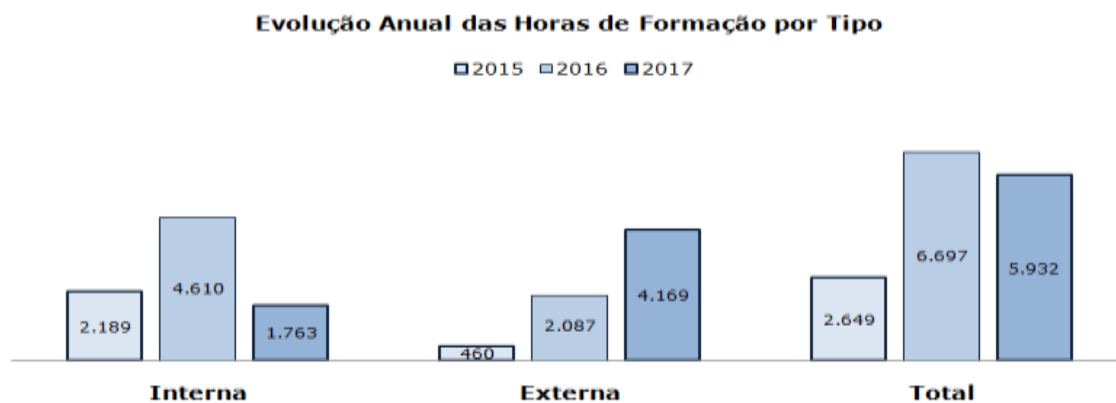


Gráfico 15 – Evolução Anual das Horas de Formação por Tipo

1.8.2. Horas de Formação por Grupo de Pessoal

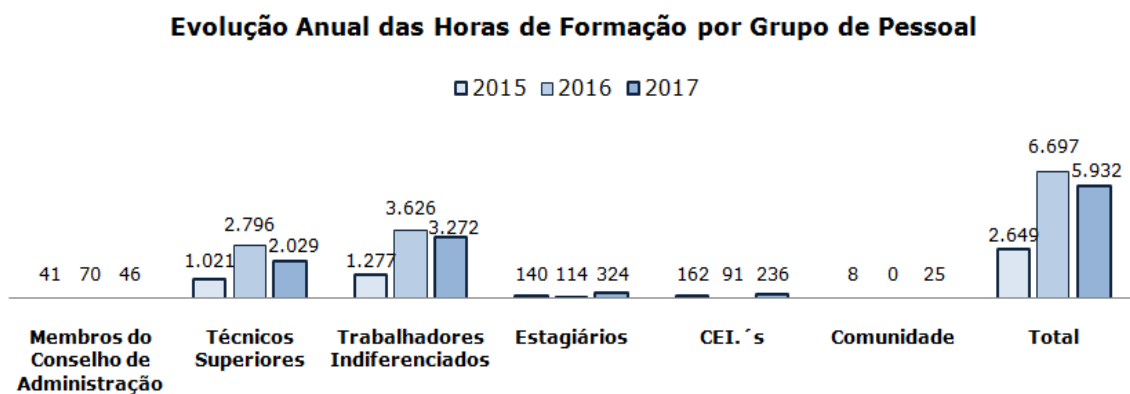


Gráfico 16 – Evolução Anual das Horas de Formação por Grupo de Pessoal

Cientes

Gasto Médio Mensal Do Cliente Por Resposta Social
Movimento De Cientes Na Área Da Infância E Juventude
Movimento De Cientes Na Área De Acolhimento
Movimento De Cientes Na Área Para Portadores De Deficiência (Centro Integrado De Apoio À Deficiência)
Movimento De Cientes Na Área De Idosos
Dimensão Social Dos Cientes



1.1. Gasto Médio Mensal do Cliente por Resposta Social

Resposta Social	2015	2016	2017
	Gasto Médio Cliente/Mês		
Creche (Sede)	397,86 €	407,48 €	436,31 €
Creche (Vila Bela)	400,64 €	383,19 €	425,14 €
Pré-Escolar (Sede)	330,85 €	325,65 €	352,55 €
Ensino Básico – 1.º Ciclo	193,37 €	201,60 €	232,17 €
CATL	202,17 €	204,97 €	274,14 €
CAT I	1.257,99 €	1.233,37 €	1.345,32 €
CAT II	1.300,76 €	1.409,04 €	1.390,74 €
Lar de Crianças e Jovens	1.232,44 €	1.263,02 €	1.396,40 €
Casa Abrigo Dolores	---	1.727,66 €	920,42 €
Lar Residencial	1.335,49 €	1.356,51 €	1.319,25 €
Residência Autônoma	1.418,52 €	1.330,59 €	1.078,19 €
CAO	642,81 €	615,75 €	680,23 €
Residência de Idosos	1.007,49 €	1.205,86 €	1.299,12 €
SAD	507,86 €	442,58 €	651,46 €

Gasto Médio Mensal do Cliente por Resposta Social

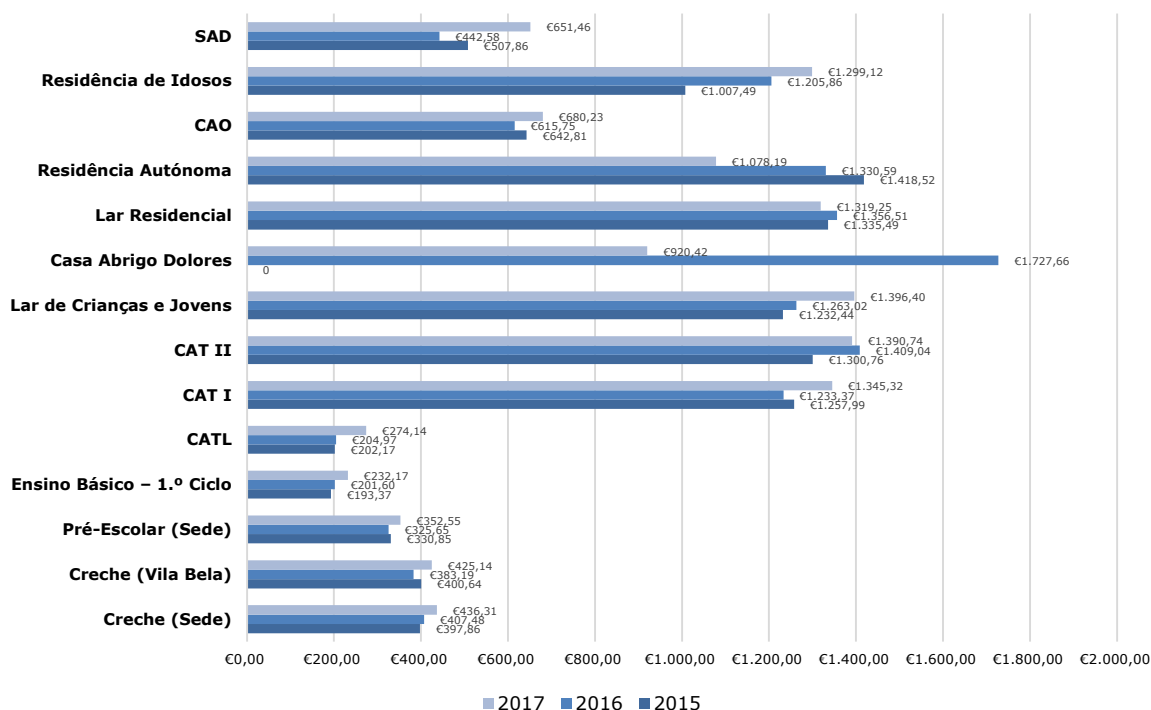


Gráfico 17 – Gasto Médio Mensal do Cliente por Resposta Social

1.2. Movimento de Clientes na Área da Infância e Juventude

1.2.1. Clientes da Creche, Pré-Escolar, 1.º Ciclo e C.A.T.L.

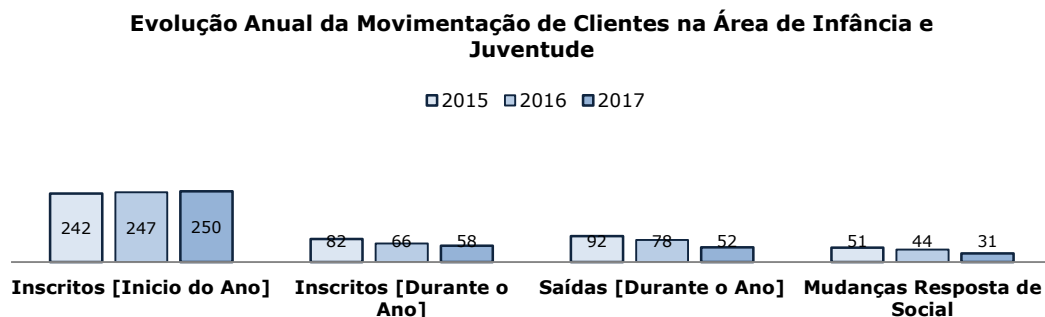


Gráfico 18 – Evolução Anual da Movimentação de Clientes na Área de Infância e Juventude

1.2.2. Distribuição de Clientes por Resposta Social e Escalão

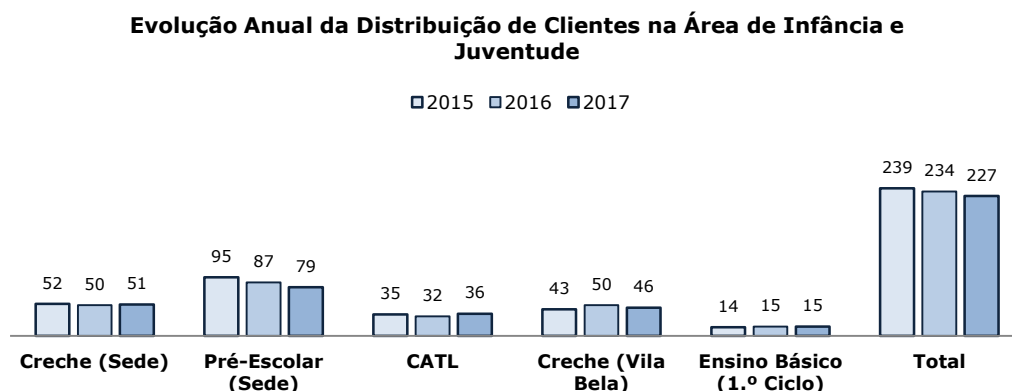


Gráfico 19 – Evolução Anual da Distribuição de Clientes na Área de Infância e Juventude

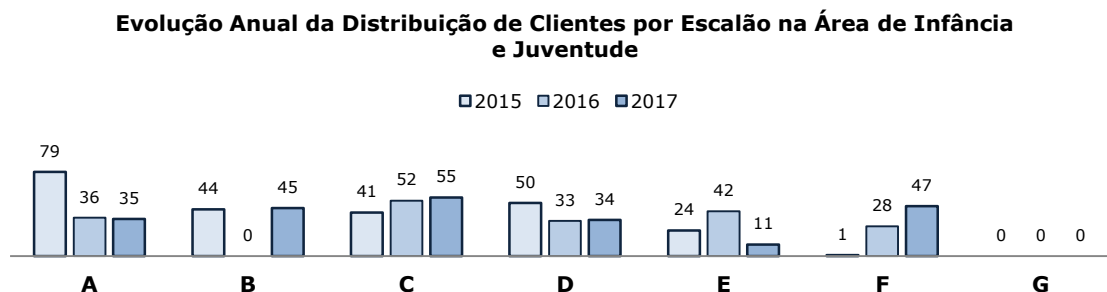


Gráfico 20 – Evolução Anual da Distribuição de Clientes por Escalão na Área de Infância e Juventude

1.3. Movimento de Clientes na Área de Acolhimento

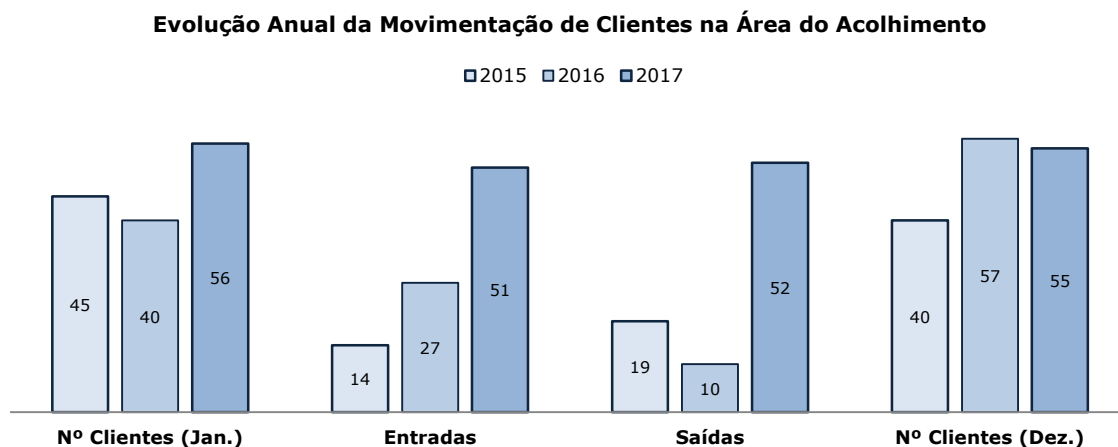


Gráfico 21 – Evolução Anual da Movimentação de Clientes na Área do Acolhimento

1.4. Movimento de Clientes na Área para Portadores de Deficiência (Centro Integrado de Apoio à Deficiência)

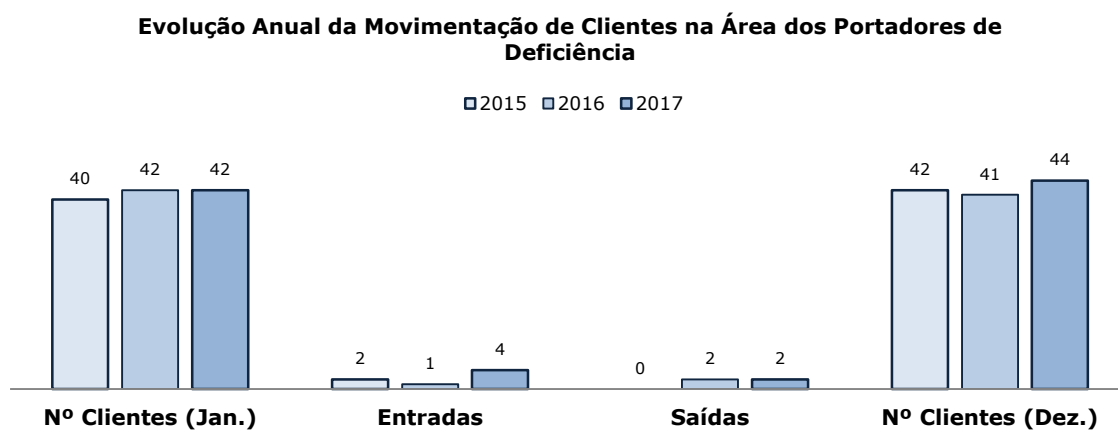


Gráfico 22 – Evolução Anual da Movimentação de Clientes na Área dos Portadores de Deficiência

1.5. Movimento de Clientes na Área de Idosos

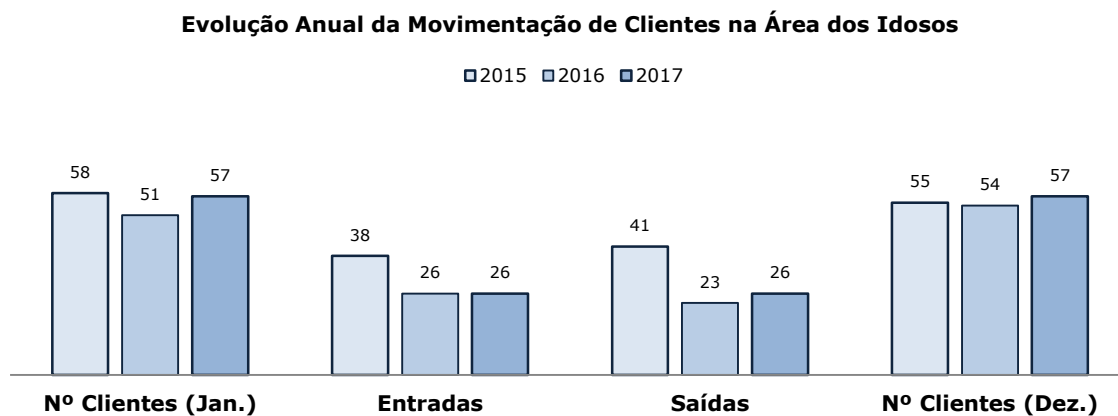


Gráfico 23 – Evolução Anual da Movimentação de Clientes na Área dos Idosos

1.5.1. Tipo de Serviço Prestado pelo Serviço de Apoio Domiciliário

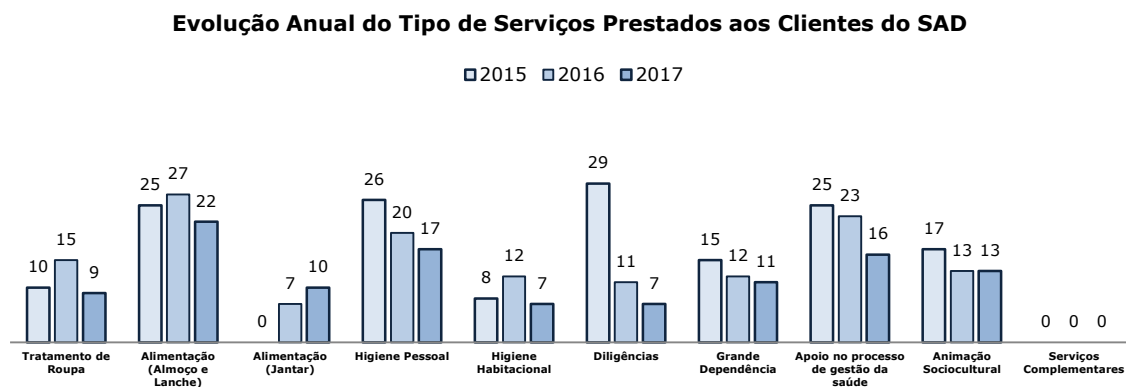


Gráfico 24 – Evolução Anual do Tipo de Serviços Prestados aos Clientes do SAD

Parte III - Contas de Gerência

Análise Gráfica

Balanco

Demonstração de Resultados por Naturezas

Mapa de Fundos Patrimoniais (N E N-1)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo às Contas de Gerência

Certificação Legal das Contas

Análise Gráfica

Balanço

Demonstração de Resultados por Natureza

Proposta de Aplicação do Resultado (N E N1)

Cash-Flow



Balanço

Evolução Anual do Ativo, Passivo e Fundos Patrimoniais

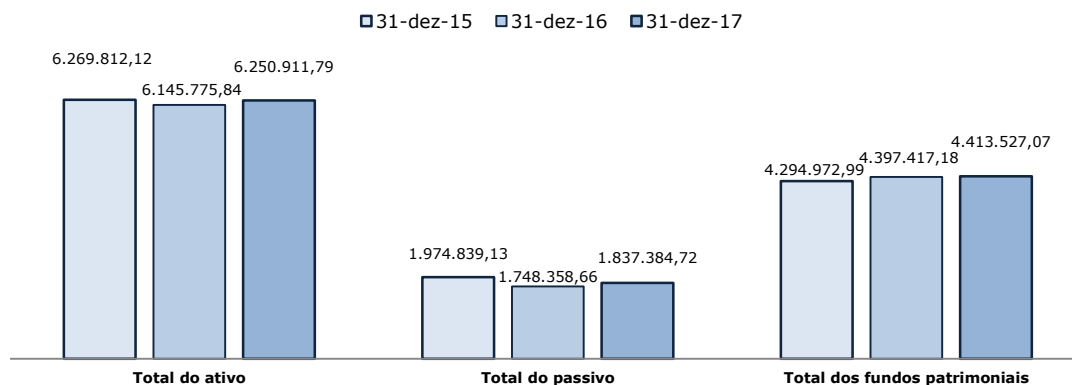


Gráfico 25 - Evolução Anual do Ativo, Passivo e Fundos Patrimoniais - Balanço

Demonstração de Resultados por Naturezas

Evolução Anual dos Resultados Por Natureza

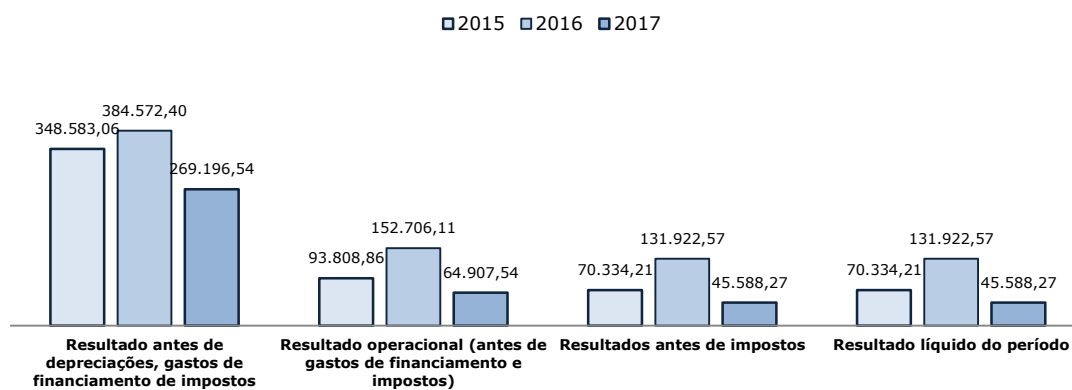


Gráfico 26 - Evolução Anual dos Resultados por Natureza - Demonstração de Resultados

Proposta de Aplicação do Resultado

Propõe-se que o resultado líquido do exercício de 45.588,27 € seja transferido para a conta de resultados transitados.

Cash-Flow

Descrição	2015	2016	2017
Cash-Flow	325.108,41 €	453.788,86 €	314.877,27

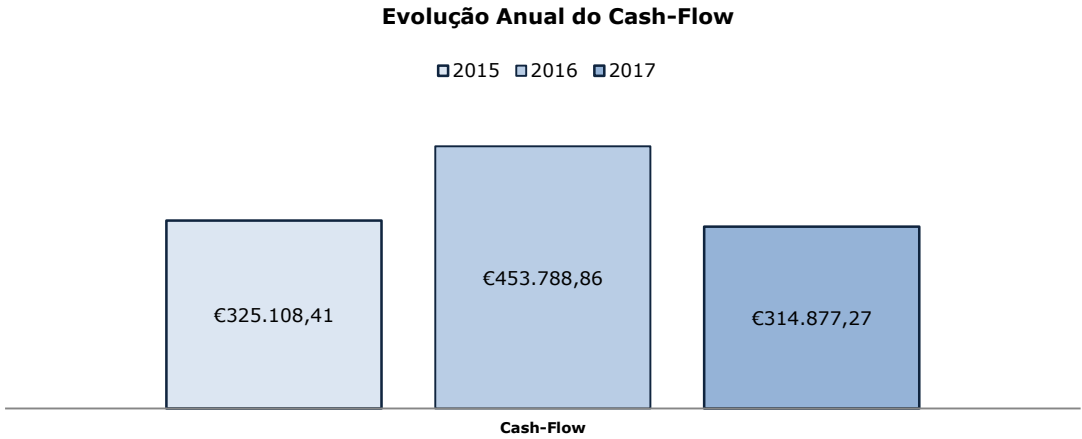


Gráfico 27 - Evolução Anual do Cash-Flow

Balanço

Fundação COI

Contribuinte: 507411978

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	5.190.667,08	5.017.372,81
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	1.085,73	0,00
Investimentos financeiros	17.1	12.335,82	9.359,15
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		5.204.088,63	5.026.731,96
Activo corrente			
Inventários	9	124.003,56	120.938,75
Créditos a receber	17.3	75.728,16	113.316,39
Estado e outros entes públicos	17.9	54.241,32	28.830,41
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	35.324,11	12.666,99
Outros ativos correntes	17.4/17.8	214.307,38	126.752,67
Caixa e depósitos bancários	17.6	543.218,63	716.538,67
		1.046.823,16	1.119.043,88
Total do ativo		6.250.911,79	6.145.775,84
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.7	1.899.583,78	1.899.583,78
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.7	1.264.713,50	1.132.790,93
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	1.203.641,52	1.233.119,90
		4.367.938,80	4.265.494,61
Resultado líquido do período	17.7	45.588,27	131.922,57
Total dos fundos patrimoniais		4.413.527,07	4.397.417,18
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	70.008,51	284.717,37
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7.8	929.702,97	763.910,30
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		999.711,48	1.048.627,67
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	147.073,73	92.224,72
Estado e outros entes públicos	17.9	58.304,62	60.245,58
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7.8	158.848,78	145.545,61
Diferimentos	17.5	116.504,25	120.688,50
Outros passivos correntes	17.3/17.10	356.941,86	281.026,58
		837.673,24	699.730,99
Total do passivo		1.837.384,72	1.748.358,66
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.250.911,79	6.145.775,84

A Direcção

O responsável

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador

Demonstração de Resultados por Natureza

Fundação COI

Contribuinte: 507411978

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	10	1.037.190,95	989.949,16
Subsídios, doações e legados à exploração	17.11	2.702.396,85	2.454.251,29
Variação nos inventários da produção	9	509,47	0,00
Trabalhos para a própria entidade		75.854,64	77.696,88
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-43.667,48	-45.215,14
Fornecimentos e serviços externos	17.12	-1.330.404,91	-1.097.394,83
Gastos com o pessoal	15	-2.467.322,66	-2.236.238,15
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	11	150.000,00	37.863,71
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.13	236.158,12	270.395,27
Outros gastos	17.14	-91.518,44	-66.735,79
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		269.196,54	384.572,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	-204.289,00	-231.866,29
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		64.907,54	152.706,11
Juros e rendimentos similares obtidos	17.15	732,85	2.318,77
Juros e gastos similares suportados	17.15	-20.052,12	-23.102,31
Resultados antes de impostos		45.588,27	131.922,57
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		45.588,27	131.922,57

Mapa de Fundos Patrimoniais (N e N+1)

FUNDAÇÃO COI

N.º: 507 411 978	Módulo	Fundos Patrimoniais										
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos Act. Financ.	Excedentes reavaliação	Out.variaç fundos patrim.	Resultado líquido	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrim.
Posição no início do período n Alterações ao período: Primeira adopção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de ver. de activos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de reaval. activos fixos tangíveis e intangíveis e resp. variações Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	6	1 899 583,78	0,00	0,00	1 132 790,93	0,00	0,00	1 233 119,90	131 922,57	4 397 417,18	0,00	4 397 417,18
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	131 922,57	0,00	0,00	-29 478,38	-131 922,57	-29 478,38	0,00	-29 478,38
		0,00	0,00	0,00	131 922,57	0,00	0,00	-29 478,38	-131 922,57	-29 478,38	0,00	-29 478,38
		0,00	0,00	0,00					45 588,27	45 588,27	0,00	45 588,27
Resultado líquido do período Resultado Extensivo Operações com Instituidores no período	7											
	8											
	9											
Fundos Subsídios, doações e legados Outras operações (Aplicação Resultados)	10											
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período	(6+7+8+10)	1 899 583,78	0,00	0,00	1 264 713,50	0,00	0,00	1 203 641,52	45 588,27	4 413 527,07	0,00	4 413 527,07

FUNDAÇÃO COI

Nif: 507 411 978

Notas	Fundos Patrimoniais										Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrim.
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos Act. Financ.	Excedentes reavaliação	Out.variaç fundos patrim.	Resultado líquido	Total			
6	Posição no início do período n	1 899 583,78	0,00	0,00	1 132 790,93	0,00	0,00	1 233 119,90	131 922,57	4 397 417,18	0,00	4 397 417,18
	Alterações ao período:											
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Realização do excedente de ver. de activos fixos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Excedentes de reaval. activos fixos tangíveis e intangíveis e resp. variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	131 922,57	0,00	0,00	-29 478,38	-131 922,57	-29 478,38	0,00	-29 478,38
	7	0,00	0,00	0,00	131 922,57	0,00	0,00	-29 478,38	-131 922,57	-29 478,38	0,00	-29 478,38
8	Resultado líquido do período							45 588,27	45 588,27	0,00	45 588,27	
	Resultado Extensivo							-86 334,30	16 109,89	0,00	16 109,89	
9	(9=7+8)											
	Operações com Instituidores no período:											
	Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subsídios, doações e legados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras operações (Aplicação Resultados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Posição no fim do período	1 899 583,78	0,00	0,00	1 264 713,50	0,00	0,00	1 203 641,52	45 588,27	4 413 527,07	0,00	4 413 527,07
	(6+7+8+10)											

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fundação COI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

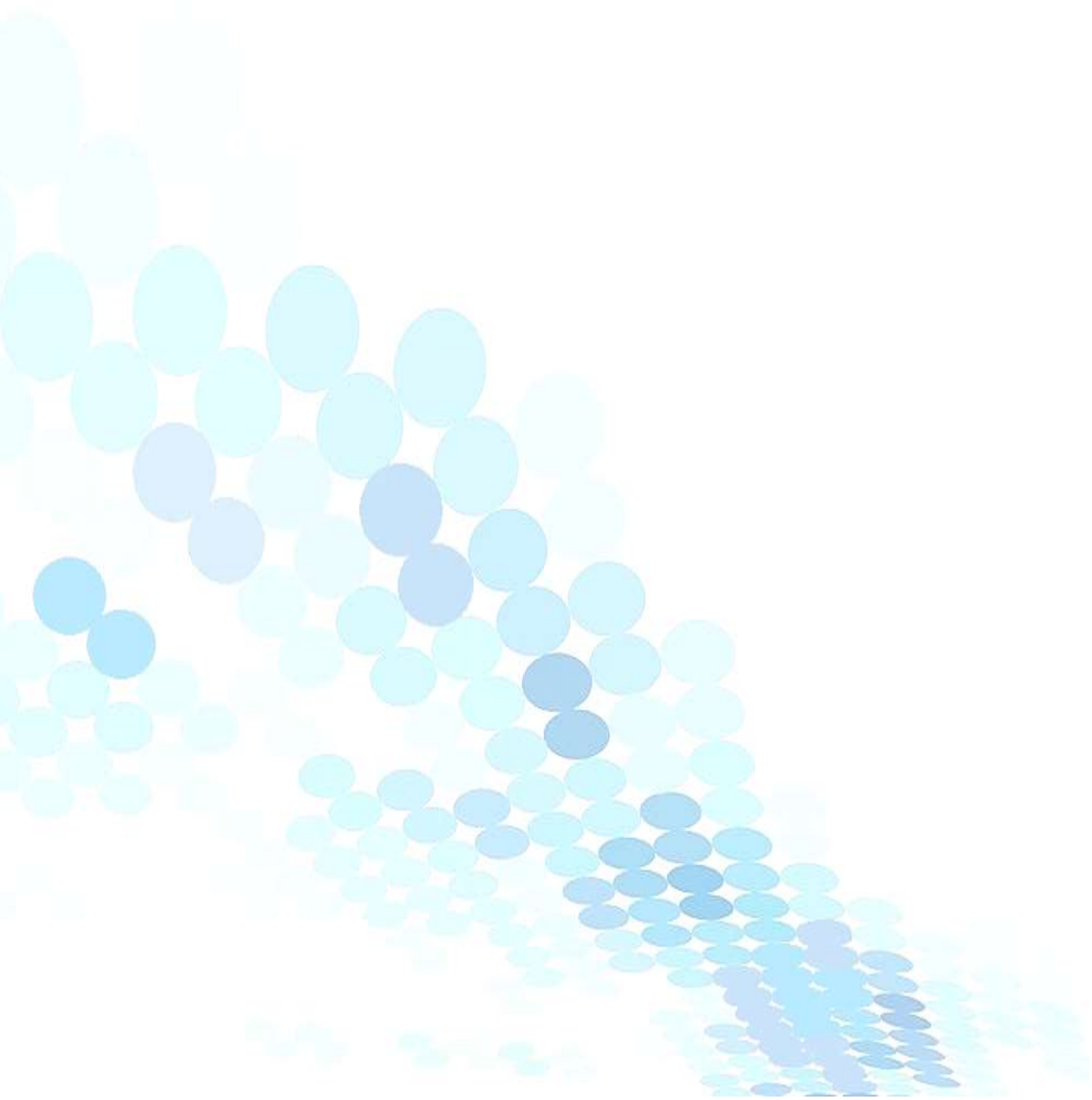
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		859.013,26	816.962,29
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-1.284.092,76	-998.909,03
Pagamentos ao pessoal		-1.436.627,47	-1.371.003,11
Caixa gerada pelas operações		-1.861.706,97	-1.552.949,85
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		1.906.435,39	1.834.261,65
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		44.728,42	281.311,80
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-378.008,16	-38.226,94
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		50.000,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-50.000,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		808,62	2.130,10
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-377.199,54	-36.096,84
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		340.000,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-160.806,66	-197.923,34
Juros e gastos similares		-20.042,26	-23.102,31
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		159.151,08	-221.025,65
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-173.320,04	24.189,31
Efeito das diferenças de câmbio		-0,18	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		716.538,67	692.349,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período		543.218,63	716.538,67

A Direcção

O Responsável

Anexo às Contas de Gerência



FUNDAÇÃO COI

Conta de Gerência

-

Anexo

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	14
5	Activos Fixos Tangíveis	14
6	Activos Intangíveis	16
7	Locações	17
8	Custos de Empréstimos Obtidos	17
9	Inventários	18
10	Rédito	19
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	19
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	20
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	20
14	Imposto sobre o Rendimento	20
15	Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos	20
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
17	Outras Informações	21
17.1	Investimentos Financeiros	21
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	22
17.3	Créditos a Receber	22
17.4	Outros Activos Correntes	22
17.5	Diferimentos	23
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	23
17.7	Fundos Patrimoniais	23
17.8	Fornecedores	23
17.9	Estado e Outros Entes Públicos	24
17.10	Outros Passivos Correntes	24
17.11	Subsídios, doações e legados à exploração	25
17.12	Fornecimentos e serviços externos	25
17.13	Outros rendimentos e ganhos	25
17.14	Outros gastos e perdas	26
17.15	Resultados Financeiros	26
17.16	Acontecimentos após data de Balanço	26

1 | Identificação da Entidade

1.1 Designação da entidade

Fundação COI

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição de direito privado e utilidade pública, conforme publicação no Diário do Governo, III Série nº 31, de 13 de Fevereiro de 2006, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme Decreto-Lei nº 119/83, 25 de Fevereiro.

1.2 Sede

Avenida Zeca Afonso, 2955-220 Pinhal Novo

1.3 NIPC

507 411 978

1.4 Natureza da actividade

A Instituição foi constituída em 2005 e apresenta como fins estatutários contribuir para a promoção do Concelho de Palmela, particularmente da Freguesia de Pinhal Novo e sua população, em parceria com outras entidades e serviços competentes, através da concessão de bens e da prestação de serviços de apoio a crianças e a jovens, apoio à família, apoio à integração social e comunitária, proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meio de subsistência ou de capacidade para o trabalho. A Fundação COI tem, ainda como objetivo a cooperação no âmbito nacional e internacional e a educação e formação profissional dos cidadãos. A Fundação COI poderá ainda promover, além dos objetivos enumerados, outras atividades de solidariedade social, bem como outros fins que com eles estejam relacionados sendo que o seu âmbito de ação se estende a todo o distrito de Setúbal, particularmente ao Concelho de Palmela e em especial à freguesia de Pinhal Novo. Pode ainda desenvolver atividades económicas e comerciais, para a sua sustentabilidade financeira na prossecução dos seus fins, desde que, estas atividades tenham em atenção o disposto no artigo 192º, nº2 alínea c) do Código Civil. Desenvolvendo actualmente as seguintes respostas:

- CRECHE
- JARDIM INFANTIL
- CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES
- 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- RESIDÊNCIA DE IDOSOS
- SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
- LAR RESIDENCIAL
- RESIDÊNCIA AUTÓNOMA
- CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS
- LAR DE CRIANÇAS E JOVENS
- CENTRO DE ACOlhIMENTO TEMPORÁRIO PARA CRIANÇAS EM RISCO DOS 0 AOS 6 ANOS
- CENTRO DE ACOlhIMENTO TEMPORÁRIO PARA CRIANÇAS/JOVENS EM RISCO DOS 12 AOS 18 ANOS
- PROTOCOLO DE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO
- CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL
- BANCO DE AJUDAS TÉCNICAS
- LOJA SOCIAL
- CANTINA SOCIAL
- ALOJAMENTO DE EMERGÊNCIA SOCIAL
- CLINICOI
- FARMATURAL
- QUINTA PEDAGÓGICA

1.5 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos

Os membros dos órgãos directivos, para os períodos de 2016 e 2017, foram, respectivamente:

Exercício de 2016	
Cargo	Nome
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Carlos Marques Taleço
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	José Roderico Piegas

O Presidente do Conselho de Administração não usufrui de qualquer remuneração.

As Vogais do Conselho de Administração não usufruem quaisquer remunerações referente a este cargo.

Exercício de 2017	
Cargo	Nome
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Carlos Marques Taleço
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	José Roderico Piegas

O Presidente do Conselho de Administração e o Vogal José Piegas não usufruem de qualquer remuneração.

A Vogal do Conselho de Administração Mara Rebelo não usufrui qualquer remuneração referente a este cargo.

2 | Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 | Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materiais se puderem, individualmente ou colectivamente influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. A dimensão ou a natureza do item, ou uma combinação de ambas, pode ser o factor determinante.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo. Se uma linha de item não for individualmente material, ela é agregada a outros itens, seja na face dessas demonstrações, seja nas notas do anexo. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas

demonstrações pode porém ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

3.1.5 Compensação

Os activos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. É importante que os activos e passivos e os rendimentos e gastos sejam separadamente relatados. A compensação quer na demonstração dos resultados quer no balanço, excepto quando a mesma reflecta a substância da transacção ou outros acontecimentos, prejudica a capacidade dos utentes em compreender as transacções, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Anexo às Contas de Gerência de 2017

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-----
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-----
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhada na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador. O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração é também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Outros Créditos e Activos não Correntes

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidos directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Anexo às Contas de Gerência de 2017

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	-----
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-----
Outros Activos Intangíveis	-----

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou dos serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores /doadores /associados /membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos Correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota.

Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou

- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao

director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa aplicável sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (para a Segurança Social, cinco anos até 2013 e doze anos a partir de 2013), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 | Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activos Fixos Tangíveis

Descrição (Activo)	Exercício de 2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	
Terreno e recursos naturais	220 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220 000,00
Edifícios e outras construções	5 647 033,25	31 938,95	0,00	0,00	0,00	5 678 972,20
Equipamento Básico	689 727,57	25 707,51	0,00	0,00	0,00	715 435,08
Equipamento de transporte	266 186,11	0,00	0,00	0,00	0,00	266 186,11
Equipamento biológico	1 415,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 415,00
Equipamento administrativo	324 746,17	13 080,68	0,00	0,00	0,00	337 826,85
Outros activos fixos tangíveis	274 514,93	10 271,98	0,00	0,00	0,00	284 786,91
Imobilizações em curso	60 243,70	0,00	0,00	0,00	0,00	60 243,70
Total	7 483 866,73	80 999,12	0,00	0,00	0,00	7 564 865,85

Depreciações de Activos Fixos Tangíveis

Exercício de 2016				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	998 492,43	135 505,99	0,00	1 133 998,42
Equipamento Básico	541 840,12	58 129,41	0,00	599 969,53
Equipamento de transporte	232 765,00	11 140,38	0,00	243 905,38
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	308 667,58	20 451,86	0,00	329 119,44
Outros activos fixos tangíveis	230 687,30	9 812,97	0,00	240 500,27
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2 312 452,43	235 040,61	0,00	2 547 493,04

Activos Fixos Tangíveis

Exercício de 2017						
Descrição (Activo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terreno e recursos naturais	220 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220 000,00
Edifícios e outras construções	5 678 972,20	340 000,00	0,00	0,00	0,00	6 018 972,20
Equipamento Básico	715 435,08	10 314,34	0,00	0,00	0,00	725 749,42
Equipamento de transporte	266 186,11	7 000,00	0,00	0,00	0,00	273 186,11
Equipamento biológico	1 415,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 415,00
Equipamento administrativo	337 826,85	9 797,57	0,00	0,00	0,00	347 624,42
Outros activos fixos tangíveis	284 786,91	9 721,01	0,00	0,00	0,00	294 507,92
Imobilizações em curso	60 243,70	0,00	0,00	0,00	0,00	60 243,70
Total	7 564 865,85	376 832,92	0,00	0,00	0,00	7 941 698,77

Depreciações de Activos Fixos Tangíveis

Exercício de 2017				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 133 998,42	138 009,69	0,00	1 272 008,11
Equipamento Básico	599 969,53	32 768,39	0,00	632 737,92
Equipamento de transporte	243 905,38	12 890,38	0,00	256 795,76
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	329 119,44	10 001,75	0,00	339 121,19
Outros activos fixos tangíveis	240 500,27	9 868,44	0,00	250 368,71
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2 547 493,04	203 538,65	0,00	2 751 031,69

Ano	Total Activos Fixos Tangíveis	Total Deprec. Acumuladas	Activo Líquido
2016	7 564 865,85	2 547 493,04	5 017 372,81
2017	7 941 698,77	2 751 031,69	5 190 667,08

A diferença de 4.296,30 € nas depreciações em Edifícios e Outras Construções deve-se ao ajuste feito de anos anteriores contabilizados na conta 6881.

6 | Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activos Intangíveis

Exercício de 2016						
Descrição (Activo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	9 909,87	0,00	0,00	0,00	0,00	9 909,87
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	9 909,87	0,00	0,00	0,00	0,00	9 909,87

Depreciações de Activos Intangíveis

Exercício de 2016				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	8 787,89	1 121,98	0,00	9 909,87
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	8 787,89	1 121,98	0,00	9 909,87

Activos Intangíveis

Exercício de 2017						
Descrição (Activo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	9 909,87	1 836,08	0,00	0,00	0,00	11 745,95
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	9 909,87	1 836,08	0,00	0,00	0,00	11 745,95

Depreciações de Activos Intangíveis

Exercício de 2017				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	9 909,87	750,35	0,00	10 660,22
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	9 909,87	750,35	0,00	10 660,22

Anexo às Contas de Gerência de 2017

Ano	Total Activos Fixos Tangíveis	Total Deprec. Acumuladas	Activo Líquido
2016	9 909,87	9 909,87	0,00
2017	11 745,95	10 660,22	1 085,73

7 | Locações

A Entidade detinha os seguintes activos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2017			2016		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento básico						
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	38.193,35	38.193,35	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	38.193,35	38.193,35	0,00

Plano estrutural das Locações:

2016	Locação financeira inicial	Capital amortizado no ano	Loc. Financeiras - Passivo Corrente	Loc. Financeiras - Passivo Não Corrente
Citroen C3 (39-MV-98)	14.170,97	1.695,16	0,00	0,00
Citroen C4 (40-MV-02)	24.022,38	2.905,54	0,00	0,00
Total	38.193,35	4.600,70	0,00	0,00
			0,00	

8 | Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	Exercício de 2017			Exercício de 2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	19 886,57	0,00	19 886,57	22 010,59	0,00	22 010,59
Locações financeiras	155,69	0,00	155,69	612,29	0,00	612,29
Descobertos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	479,43	0,00	479,43
Contas bancárias de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	20 042,26	0,00	20 042,26	23 102,31	0,00	23 102,31

Estrutura dos Financiamentos Obtidos – Capital em Dívida Corrente e Não Corrente**Estrutura dos Financiamentos Obtidos - Capital em Dívida Corrente e Não Corrente**

Descrição	Exercício de 2017			Exercício de 2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	158 848,78	929 702,97	1 088 551,75	140 944,91	763 910,30	904 855,21
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	4 600,70	0,00	4 600,70
Descobertos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	158 848,78	929 702,97	1 088 551,75	145 545,61	763 910,30	909 455,91

Para fazer face aos financiamentos obtidos, a Instituição deu como garantia hipotecária, os seguintes imóveis:

Edifícios	Valor da Hipoteca	Instituição Financeira
Lar Residencial	600.000,00 €	C.G.D. - MLP Outro Sector Exceto Construção
Comunidade Inserção	400.000,00 €	C.G.D. - MLP Construção
Residência de Idosos	439.200,00 €	C.G.D. - MLP Migração

9 | Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Exercício de 2016				Exercício de 2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, Subs. Consumo	106 192,73	129 165,08	0,00	120 938,75	110 348,53	0,00	124 003,56
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desp., resid. Interm.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	106 192,73	129 165,08	0,00	120 938,75	110 348,53	0,00	124 003,56
Custo Merc. Vend. Mat. Consumidas	0,00	114 419,06	0,00	114 419,06	107 283,72	0,00	107 283,72
Variações nos Invent. Produção	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	114 419,06	0,00	114 419,06	107 283,72	0,00	107 283,72

Anexo às Contas de Gerência de 2017

De referenciar que em stocks /inventário, para além dos classificados na conta 61 "CMVMC", existem diversos bens e produtos, cujo o consumo é contabilizado na conta 62 "Fornecimentos e Serviços Externos", em 2017 perfaz o valor de 63.616,24 €.

O CMVMC discrimina-se da seguinte forma:

Conta 61	43.667,48 €
Conta 62	63.616,24 €
Total	107.283,72 €

10 | Rêdito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Rêditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	44 668,29	41 655,57
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores (Mensalidades)	755 741,61	734 140,82
Quotas e joias	0,00	0,00
Serviços Secundários	49 541,55	63 972,88
Rendimentos de patrocinadores e colaboradores	187 239,50	150 179,89
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1 037 190,95	989 949,16

11 | Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2017 e 2016, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2015	Aumentos	Diminuições	2016
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do sector	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	391.674,94	90.000,00	196.957,57	284.717,37
Total	391.674,94	90.000,00	196.957,57	284.717,37
Descrição	2016	Aumentos	Diminuições	2017
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do sector	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	284.717,37	67.000,00	281.708,86	70.008,51
Total	284.717,37	67.000,00	281.708,86	70.008,51

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Relativamente aos saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo", os mesmos estão discriminados ao pormenor na nota 17.13.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente é no montante de 0,00€.

15 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos

Os membros dos órgãos directivos, para os períodos de 2017 e 2016, foram, respetivamente:

Exercício de 2016	
Cargo	Nome
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Carlos Marques Taleço
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	José Roderico Piegas

O Presidente do Conselho de Administração não usufrui de qualquer remuneração.

As Vogais do Conselho de Administração não usufruem quaisquer remunerações referente a este cargo.

Exercício de 2017	
Cargo	Nome
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Carlos Marques Taleço
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	José Roderico Piegas

O Presidente do Conselho de Administração e o Vogal José Piegas não usufruem de qualquer remuneração.

A Vogal do Conselho de Administração Mara Rebelo não usufrui qualquer remuneração referente a este cargo.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Anexo às Contas de Gerência de 2017

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 895 792,72	1 762 449,02
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	47 075,50	552,91
Encargos sobre as Remunerações	401 687,72	364 391,12
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11 993,59	12 074,42
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	110 773,13	96 770,68
Total	2 467 322,66	2 236 238,15
N.º médio de pessoas ao serviço da Entidade	193	204

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	12 335,82	9 359,15
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	12 335,82	9 359,15

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	34 358,87	107 148,16
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes factoring		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	41 369,29	6 168,23
Total	75 728,16	113 316,39

Passivo:		
Descrição	2017	2016
Adiantamentos a Cientes/Utentes	5.889,83	5.889,83
Total	5.889,83	5.889,83

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2017	2016
Cientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.4 Outros Activos Correntes

A rubrica "Outros activos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	758,96	2 815,27
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	18 415,50	23 399,15
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	194 867,13	92 096,72
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	214 041,59	118 311,14

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
- Seguros	16 260,57	12 666,99
- Obras de Conserv. E Reparação	18.700,76	0,00
- Outras Despesas	362,78	0,00
-	0,00	0,00
Total	35 324,11	12 666,99
Rendimentos a reconhecer		
- Outras Receitas com Provento Diferido	116 504,25	120 688,50
-	0,00	0,00
-	0,00	0,00
Total	116 504,25	120 688,50

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	541,05	1 562,81
Depósitos à ordem	222 677,58	344 975,86
Depósitos a prazo	320 000,00	370 000,00
Outros	0,00	0,00
	0,00	0,00
Total	543 218,63	716 538,67

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 899 583,78	0,00	0,00	1 899 583,78
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1 132 790,93	131 922,57	0,00	1 264 713,50
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 233 119,90	0,00	-29 478,38	1 203 641,52
Fundos Patrimoniais	4 265 494,61	131 922,57	-29 478,38	4 367 938,80
Resultado Líquido	131 922,57			45 588,27
Total do Fundo de Capital	4 397 417,18			4 413 527,07

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Passivo		
Fornecedores c/c	147 073,73	92 224,72
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	147 073,73	92 224,72
Activo		
Adiantamentos Fornecedores	265,79	8 441,53
Total	265,79	8 441,53

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	17 443,98	23 056,29
Outros Impostos e Taxas	36 797,34	5 774,12
Total	54 241,32	28 830,41
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9 902,88	2 063,78
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	10 251,18	14 268,92
Segurança Social	38 124,11	43 887,02
Outros Impostos e Taxas	26,45	25,86
Total	58 304,62	60 245,58

17.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	395,60	0,00	0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	12 091,59	0,00	9 029,85
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	335 350,05	0,00	249 567,33
Outros credores	0,00	3 214,79	0,00	16 539,57
Total	0,00	351 052,03	0,00	275 136,75

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2 368 244,09	2 335 357,08
Subsídios de outras entidades	317 149,14	98 568,83
Doações e heranças	17 003,62	20 325,38
Legados	0,00	0,00
Total	2 702 396,85	2 454 251,29

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	490 385,15	411 362,42
Serviços especializados	322 090,83	224 893,99
Materiais	61 384,09	48 363,69
Energia e fluidos	148 946,19	123 098,50
Deslocações, estadas e transportes	10 336,92	6 339,92
Serviços diversos	297 261,73	283 336,31
Total	1 330 404,91	1 097 394,83

17.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	72 834,17	125 665,32
Descontos de pronto pagamento obtidos	82,20	236,72
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	163 241,75	144 493,23
Total	236 158,12	270 395,27

17.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	2 245,87	1 289,88
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	8 426,55
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	89 272,57	57 019,36
Total	91 518,44	66 735,79

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	20 052,12	23 102,31
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	20 052,12	23 102,31
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	732,85	2 318,77
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	732,85	2 318,77
Resultados Financeiros	-19 319,27	-20 783,54

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Pinhal Novo, 27 de Março de 2018

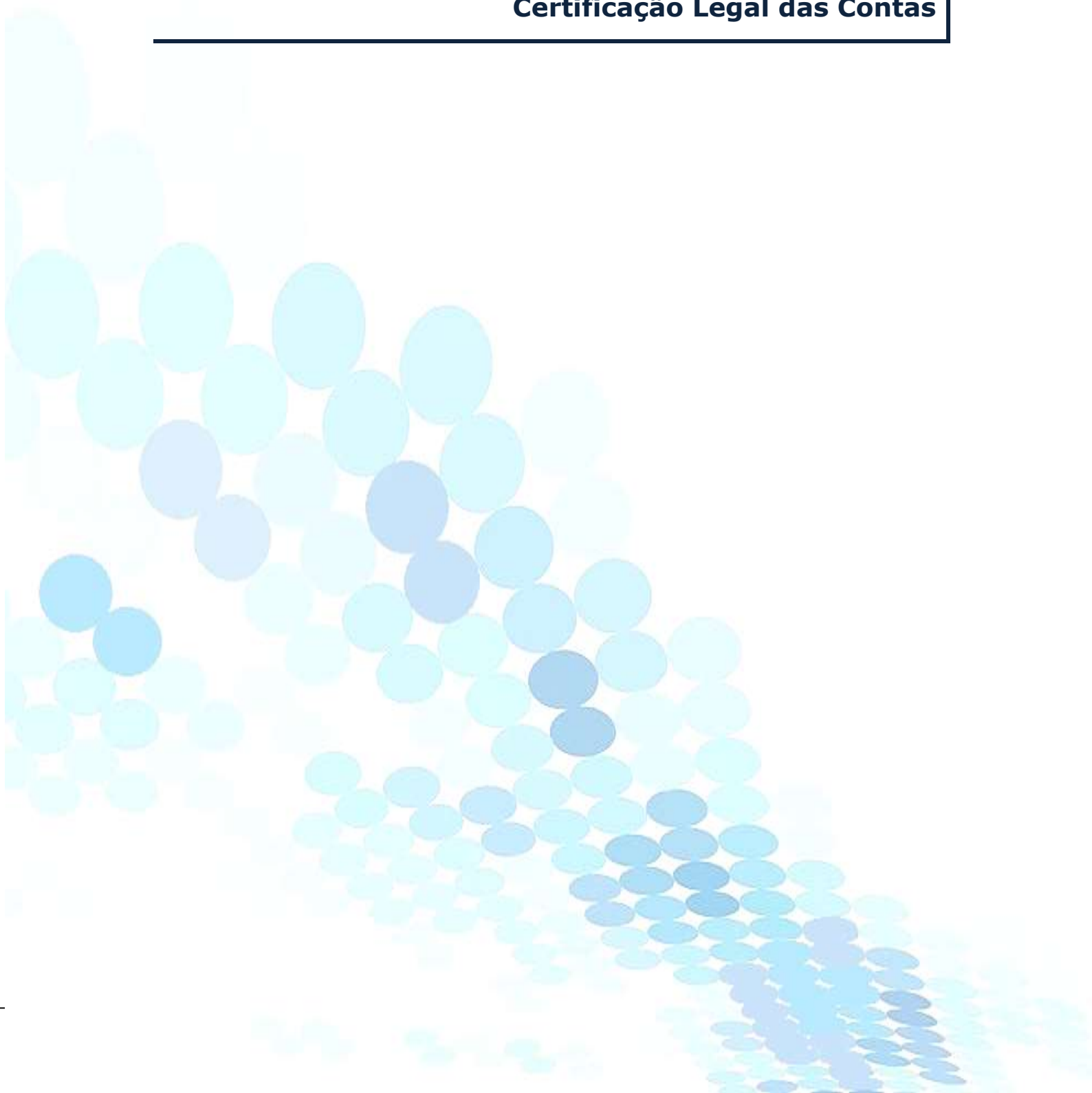
O Técnico Oficial de Contas

Dario Serafim Barata da Silva
TOC 58039

O Conselho de Administração

Carla Albuquerque
João Luís Lopes

Certificação Legal das Contas



PINTO LEITE & MACHADO VAZ
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Fundação COI, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 6.250.912 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.413.527 euros, incluindo um resultado líquido de 45.588 euros), a demonstração dos resultados por natureza, o mapa de fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.
2. As demonstrações financeiras anexas apresentam todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

3. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo.
4. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

6. Tal como se encontra mencionado nas Contas da Instituição, chamamos a atenção para o seguinte:

- O Município de Palmela doou à Fundação COI o direito de superfície pelo prazo de 50 anos, renováveis, de Prédio Urbano de utilização coletiva sito na Avenida Pires Leitão, Monte Novo, Palmela, tendo sido atribuído um valor nominal de 100 euros. Nos termos do parágrafo 14.8 da NCRF-ESNL, uma vez que o seu justo valor não pôde ser determinado com fiabilidade, esta doação será registada pelo seu valor nominal. Por lapso, a mesma não foi contabilizada nas Demonstrações financeiras de 2017, pelo que será registada apenas em 2018.

7. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

8. O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

9. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

10. A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as I S A detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

11. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia o controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas usadas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através de Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e

- 4 -

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

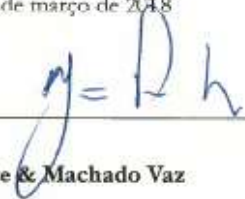
12. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

13. Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2018



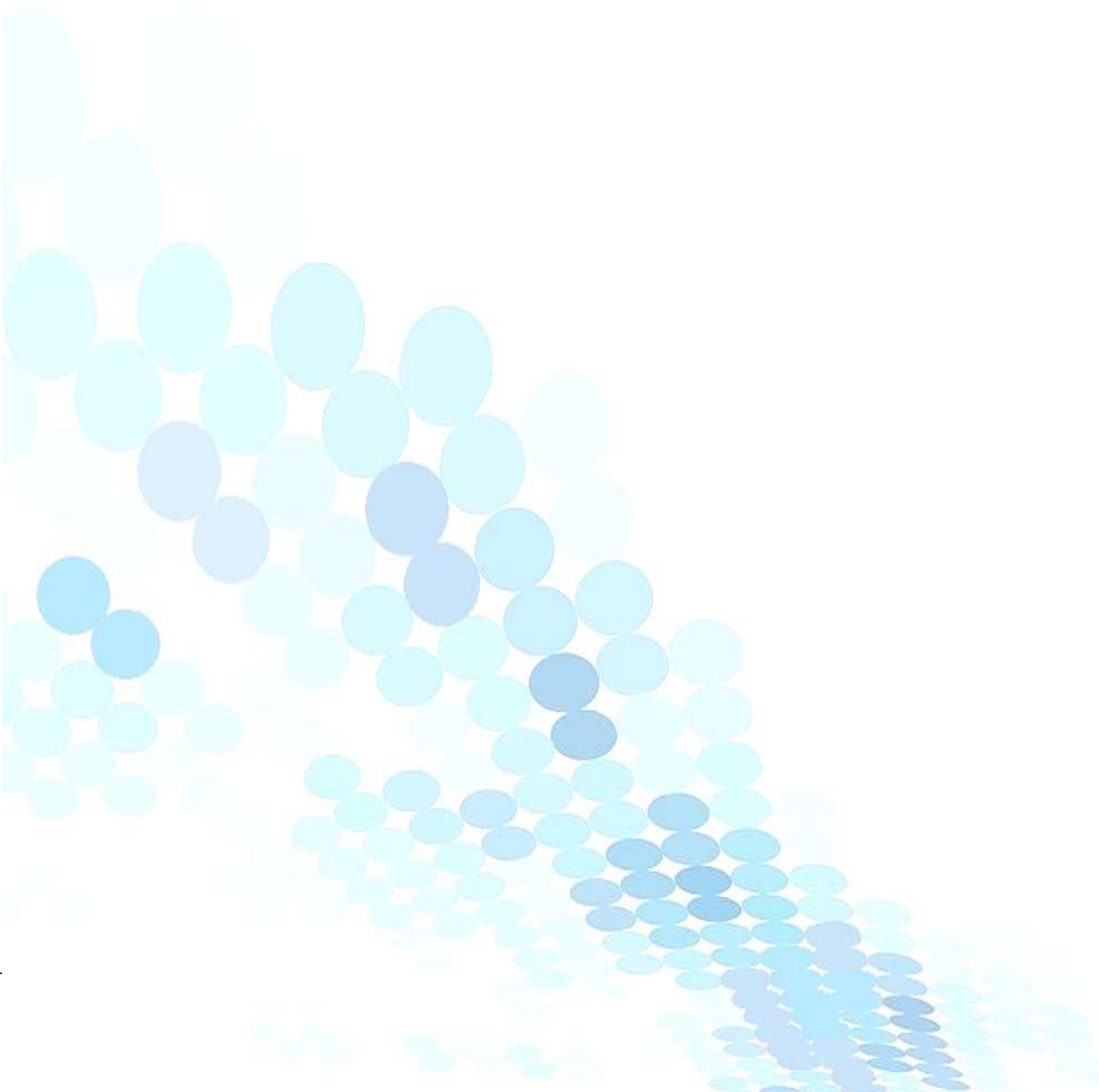
Pinto Leite & Machado Vaz

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Representada por João Pinto Leite (Nº de Registo na OROC: 1281; Nº de Registo na CMVM:20160892)

PINTO LEITE & MACHADO VAZ - SROC, LDA. • NIP: 508331005 • INSCRITA NA OROC SOB O Nº 212
AVENIDA INFANTE SANTO, 23, 3ºB • 1350-177 • LISBOA • TELÉF: 21 134 04 09
CAMINHO DA FONTE DE CIMA, 33, LOJA 128 • 4150-358 • PORTO • TELÉF: 22 093 03 82

Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**Relatório**

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2017, a atividade da Fundação COI, foram examinados os livros, registos contabilísticos e demais documentação, foi constatada a observância da Lei e dos estatutos e obtivemos sempre do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. O Conselho Fiscal apreciou o Relatório Anual da PINTO LEITE & MACHADO VAZ (Sociedade de Revisores) sobre a fiscalização efetuada, cujo conteúdo mereceu a nossa concordância e que, nos termos da lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Atividades, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Fundação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Atividades, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Pinhal Novo, 28 de Março de 2018

O CONSELHO FISCAL



Armando Augusto Dias



Sérgio Manuel Guerreiro Martins Caeiro



Pedro Manuel Afonso Pereira

SEDE

Av. Zeca Afonso 2955-220 Pinhal Novo

Tel: 212 362 302

Fax: 212 387 741

Email: fundacao@fundacao-coi.pt

www.fundacao-coi.pt

www.facebook.com/fundacaocoi

